
106ª SESSÃO ORDINÁRIA 04NOV2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Nereu D'Avila solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 03 a 05 de novembro de 2015.

A Ver.^a Fernanda Melchionna solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 04 a 09 de novembro de 2015. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. João Ezequiel, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 47ª a 68ª Sessões Ordinárias; da 9ª a 12ª Sessões Extraordinárias e da 18ª a 30ª Sessões Solenes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu venho a esta tribuna já tendo protocolado ontem, em nome da bancada do PCdoB, e agora colhendo já assinaturas – já tenho aqui as da Ver.^a Séfora Mota, do Ver. Marcelo Sgarbossa, do PT; do Ver. João, do PSOL; do Ver. Alex, do PSOL – e vou passar aos outros colegas, homens, mulheres, Vereadores e Vereadoras – uma Moção de Solidariedade, porque eu acho que, em determinados momentos, a solidariedade se sobrepõe ao repúdio. Logicamente, ao lado dessa solidariedade, há um repúdio, mas eu quero mais me solidarizar, Ver. Pujol, do que repudiar. É uma Moção às organizações feministas e à Feira do Livro Feminista e Autônoma de Porto Alegre, que já está no seu segundo ano. Os motivos são os que toda a imprensa e, inclusive, os movimentos sociais têm pronunciado. Foram até o palácio do Governo do Estado, levando esse apoio à Feira do Livro Feminista e Autônoma de Porto Alegre, que corre junto com a Feira do Livro e que é uma atividade que, infelizmente, sofre, desde o início, perseguições e agressões machistas, de caráter fascista, ameaças, provocações e presenças hostis. São mulheres dos mais variados movimentos feministas e emancipacionistas. Inclusive, nós

participamos. No momento, não estávamos lá, mas, como participamos do Grupo Viva Palavra e de vários outros grupos, como escrevemos, como fazemos poesias e como começamos várias atividades, inclusive da Câmara Municipal de Porto Alegre, na Feira do Livro, nós fomos processo de apoio a uma feira como essa. É uma feira, Vereadoras e Vereadores, onde as mulheres expressam, também, a sua arte, a sua cultura, o seu escrever, o seu sentimento; e as mulheres têm muito a dizer, no mundo, ainda, sobre discriminação.

Essa moção é necessária pelas denúncias amplamente divulgadas, porque muito sofreram as companheiras mulheres, por parte da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Lícia Peres, feminista, conhecida de todos nós, companheira do PDT, da ação da mulher trabalhista, chega a dizer que, em muitos momentos da nossa história, nós, as mulheres mais antigas, não vimos esse tipo de violência à cultura na cidade de Porto Alegre. Conforme Lícia Peres: “(...) isso nos leva a pensar no momento presente, marcado por uma onda conservadora onde tentam disseminar ódio, racismo e intolerância, combustível para fomentar a violência. Nas redes sociais ofensas são dirigidas a qualquer pessoa que emita opiniões em discordância com o pensamento de alguém. Não se trata de ponderar, discutir ideias ou argumentar, mas o objetivo é desqualificar e destruir quem diverge. A visão democrática passa longe. E a violência contra as mulheres atinge uma marca que é vergonha nacional.” Inclusive, filmaram, intimidaram as mulheres, gerando várias reações de homens que passavam quanto à proteção a essas mulheres. Elas se organizaram, juntas, para saírem daquela violência, porque foi extremamente agressivo, foi marcadamente racista, inclusive com as mulheres negras, machista sob o ponto de vista de todas as mulheres e fascistas sob o ponto de vista de agressão a alguém que estava fazendo arte, estava fazendo cultura. E isso desencadeou uma série de agressões físicas por parte da polícia, mas felizmente desencadeou também ação das pessoas da vizinhança, das pessoas que estavam passando para defender e proteger essas mulheres. E foi de maneira simultânea. Eram muitos policiais – inclusive há os vídeos – fazendo ameaça com arma de fogo, agressões, as mulheres caindo no chão... Parece, Ver.^a Séfora, que eu estou me lembrando da época da ditadura, quando isso acontecia comigo e com outras companheiras, e com os homens também. Elas caíam no chão; apanhavam, porque estavam caídas, mais ainda, com chutes, com cassetetes. Elas não conseguiam se defender, mas conseguiram,

pág. 2

inclusive, com a ajuda de pessoas que passavam por ali, chegar até o Hospital de Clínicas, que é perto, onde as que foram agredidas foram atendidas, e as outras resolveram se dispersar.

Por isso eu estou trazendo esta Moção de Apoio à luta feminista, à luta emancipacionista das mulheres, à luta das mulheres que fazem cultura, e fazem cultura não num evento paralelo, mas integrado em outro local, com a Feira do Livro de Porto Alegre, que já tem 61 anos. Então, é inadmissível.

Vou finalizar com duas questões: a manifestação atividade literária cultural foi um acinte, inclusive à expressão cultural das mulheres de Porto Alegre, naquilo que é a nossa maior riqueza, que é a nossa diversidade humana e cultural.

E vou finalizar, Sr. Presidente, com o depoimento de uma outra mulher que viu, da sacada do seu edifício. (Lê.): “Meus parabéns à Brigada Militar, que mais uma vez demonstrou quem e quais valores representa. Da sacada de casa vi as gurias que confraternizavam na Feira do Livro Feminista serem brutalmente agredidas, a feira foi totalmente ‘dissolvida’. Quando gritei ‘muito bonito, batendo em mulher’ um deles me respondeu [e eu vou dizer nesta tribuna o que respondeu a esta senhora] vai à merda, vadia maconheira’. [Uma pessoa, olhando da sua janela, que eles nem conheciam, fez isso e lhe deu o título de vadia. É assim que eles reagem ao questionamento – diz essa senhora –, quando quem questiona é uma mulher.] Eu estou em casa, vejo da janela três homens agredindo um monte de gurias, grito com eles e ainda tenho que ouvir um sonoro título, e vem me dizer que os agressores são os mesmos responsáveis pela minha segurança?” E é disso que se trata neste momento. Uma mulher que também se sentiu agredida porque defendeu outras, e pasmem, esses são os responsáveis pela nossa segurança. Eu acho que esse texto, esse depoimento... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, uso esta tribuna em tempo de liderança do meu partido, porque ontem saíram alguns indicativos da

economia do País. Entre os mais alarmantes é que a capacidade da indústria instalada no Brasil – isso significa a geração de emprego e capacidade de as empresas estarem atuando dentro do Brasil e das indústrias gerarem emprego dentro do Brasil – caiu na ociosidade de 2013. Houve uma queda monstruosa de postos de trabalho que significa uma queda que pode chegar a 79,01%. Os especialistas dizem que essa tendência pode chegar à grande queda que teve em 1930. Além disso, o faturamento da indústria, no mês de setembro, caiu 8,4%, levando o Brasil a chegar a 8 milhões de desempregados, um número alarmante. Sexta-feira saiu na imprensa que uma auxiliar de serviços gerais pediu que as pessoas saíssem do seu ramo, pois há pouco tempo tinha vagas; hoje, as pessoas estão disputando as suas vagas no mercado de trabalho. É um dado alarmante, preocupante.

O País tem o seu PIB comprometido. Hoje, a maioria do PIB do Brasil está em cima dos juros, e a aí a gente vê esta montoeira de notícias que preocupam muito, que nos deixam estarecidos. Isso nada mais é do que a recessão, o desemprego, o arrocho, que se estabelecem neste País. E a gente vê, do outro lado, uma notícia de alta taxa de crescimento econômico, de alta taxa de desenvolvimento, de país de Primeiro Mundo, se é que existe, hoje em dia, país de Primeiro Mundo, que é o lucro estrondoso de R\$ 5,9 bilhões do Itaú e Unibanco neste terceiro trimestre. Uma política malvista, malfeita, de um Governo que abriu mão de investir na indústria nacional, Ver. Cecchim; de um Governo que abriu mão de investir no emprego; de um Governo que abriu mão de investir em quem fez esta economia crescer neste País, que era um projeto de governo desenhado para investir na indústria nacional, no mercado interno, na geração de emprego e renda, no consumo interno. Este Governo investiu nos banqueiros, investiu na taxa de juros, na especulação, e, novamente, os bancos foram os únicos beneficiados. O Itaú e o Unibanco foram os únicos que ganharam dinheiro: R\$ 5,9 bilhões. Foram R\$ 5,9 bilhões! Ninguém está ganhando dinheiro...! Ninguém, Prof. Alex. Todos os setores da economia estão estagnados, menos os amigos banqueiros, que, pelo terceiro trimestre, faturaram bilhões. Com muita força, fé e solidariedade, nós vamos insistir no sentido de que, para sair da crise, tem que investir na indústria nacional, na pequena e média empresa, tem que investir na geração de emprego e renda. Somente assim o Brasil vai sair da crise, somente assim o Brasil vai acabar com esses 8 milhões de desempregados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, quero conversar um pouco, hoje à tarde, neste período de Liderança, sobre um fato importante que merece um destaque todo especial: Porto Alegre recentemente recebeu o título de Cidade Amiga do Idoso. E essa distinção foi proposta pela Organização Mundial da Saúde. E isso é um fato que merece um registro todo especial, caro Ver. Paulinho Motorista, por nós, Vereadores de Porto Alegre. É uma cidade que se preocupa com o envelhecimento saudável e ativo das pessoas. Quero registrar que, em 1991, eu já era Vereador de Porto Alegre, Ver. Pujol, nós já éramos Vereadores de Porto Alegre, e eu apresentei uma proposta de isenção do IPTU para aposentados e pensionistas com até três salários mínimos de renda. Essa proposta foi aprovada; o País inteiro copiou. Aconteceu uma mudança aqui em Porto Alegre – deixaremos para depois – que não me agradou, dizendo que, a partir de um determinado valor do imóvel, aquela diferença o idoso pagaria. Mas eu tenho registrado, pois o idoso daqui a pouco conquistou no passado um imóvel melhor, mas as condições de hoje não o permitem pagar. Portanto, precisamos dar uma revisada nisso – 1991, sobre a isenção. Em 2010 apresentei outro projeto na Câmara, também aprovado: criação do Fundo Municipal do Idoso. Até a ideia desse fundo, Porto Alegre arrecadava para o idoso, em 2009, 2010, R\$ 9.500,00, por ano. Com o fundo, em 2014, Porto Alegre arrecadou R\$ 17 milhões. Com isso quero dizer que tenho absoluta consciência que contribuí com o idoso em Porto Alegre. Pois bem, foi feita a entrega do título: Cidade Amiga do Idoso, sendo que apenas em torno de 30 a 35 cidades, no mundo, têm esse título; e nós conseguimos conquistar o título. Foi feito um encontro em Porto Alegre para a entrega desse título, Ver. Paulinho, e sequer me avisaram. Portanto, primeiro, acho que estou contribuindo com o fundo do idoso; segundo, achei um desaforo não terem sequer me dito: “olha, querido Ferronato, vai haver o encontro.” Portanto, nossa posição é que merecem destaque Porto Alegre e aquelas pessoas que contribuíram verdadeiramente para que Porto Alegre conquistasse esse título. Um abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Ezequiel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; pessoas que nos acompanham aqui na Câmara, servidores da Casa, que sempre nos atendem muito bem quando a gente entra aqui; público que nos assiste em casa pela TVCâmara; eu quero trazer um assunto recorrente. Eu me sinto na obrigação, como servidor municipal, como técnico de enfermagem lotado no Hospital Presidente Vargas e, também, na Vigilância em Saúde de Porto Alegre, de trazer aqui o tema da saúde. Eu quero trazer elementos que pintam o quadro da saúde hoje em Porto Alegre. Mas, primeiro, eu quero agradecer a todos os Vereadores e Vereadoras que apoiaram os municipais neste ano: Ver.^a Jussara Cony, Ver. Alex Fraga, Ver.^a Fernanda Melchionna, a quem eu estou substituindo hoje. Eu quero dizer a vocês que nós, os municipais de Porto Alegre, tivemos uma grande luta este ano para não perder quase 30% na remuneração salarial. Quero agradecer o apoio dos Vereadores. O Prefeito de Porto Alegre queria nos dar um abono, não queria resolver o efeito cascata através de uma lei. Nós brigamos muito e, por fim, conseguimos vencer, aqui nesta Casa, com o apoio da unanimidade dos Vereadores. Quero dizer também, como municipal, que nós precisamos dar uma atenção especial e prioritária para o Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre. Todos nós sabemos que o Hospital de Pronto Socorro, o famoso HPS, é a menina dos olhos da saúde, não só na Capital dos gaúchos, mas em todo o Rio Grande do Sul. Esse hospital atende não só a pacientes oriundos da Capital dos gaúchos como a pacientes de todo o Estado do Rio Grande do Sul. Eu quero denunciar aqui que existe uma obra no Hospital de Pronto Socorro que já deveria ter sido terminada há dois anos, agora já faz quatro anos. E pior que isso, ela está há dois anos parada, não é movida uma pedra sequer! Isso é uma vergonha para a cidade de Porto Alegre! Há a Sala Vermelha, no Hospital de Pronto Socorro, que ficou pronta há quatro meses, que é destinada a atender pacientes politraumatizados, pacientes que sofrem acidentes de carro; pacientes feridos em tiroteios – como a insegurança está aumentando na Cidade. Esses pacientes vão parar no Hospital de Pronto Socorro, e apesar de essa sala estar pronta há mais de quatro meses,

com equipamentos novos, mas como não está sendo usada, esses equipamentos vão começar a estragar. Faço um apelo a esta Câmara e aos colegas Vereadores para que cobrem do Prefeito Fortunati – como já estou aqui cobrando – e da Secretaria Municipal da Saúde para que coloquem em funcionamento a Sala Vermelha, de politraumatizados, do HPS. Quando fazemos o debate com a direção do HPS e com a direção de outros hospitais e dos pronto atendimentos, a resposta que temos é que esses setores, como a Sala Vermelha, não são abertos por falta de funcionário. Mas esta Casa aprovou, há quase dois meses, a criação de 63 vagas para o cargo de Técnico em Enfermagem e, até agora, a Prefeitura não convocou... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...passados dois meses de aprovação dos 63 cargos de Técnicos de Enfermagem, o Prefeito de Porto Alegre não convocou esses trabalhadores. Estamos falando aqui do atendimento à população de Porto Alegre; se temos concursados aprovados, se temos uma lei na Câmara de Vereadores, aprovada há mais de dois meses, que cria as 63 vagas, eu pergunto: por que a Prefeitura não convoca esses trabalhadores? Por que a Prefeitura, sabendo dos leitos fechados lá no Hospital Presidente Vargas, por falta de funcionários, das salas fechadas no HPS, por que a Prefeitura não convoca esses trabalhadores? Então, eu quero pedir o apoio de toda a sociedade porto-alegrense, de todas as Vereadoras e de todos os Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Prezados colegas, Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem no plenário ou pela TVCâmara, eu quero agradecer ao nosso Líder Marcelo Sgarbossa pela cedência de tempo em nome do nosso Partido, dos Vereadores Mauro Pinheiro, Marcelo Sgarbossa, Alberto Kopittke e Sofia Cavedon. Preparei uma fala, porque os colegas que me antecederam repetem um tema martelado de trazer uma lógica para a política do quanto pior, melhor; ou trazer uma desmotivação à sociedade brasileira, uma desmotivação que existe principalmente na grande mídia. E a fala do Líder do Solidariedade, do Ver. Janta, retratou essa questão. Há uma oposição

que traz a agenda do quanto pior, melhor, e cobram, aqui desta tribuna, que os juros são exorbitantes – no que nós temos pleno acordo. Quem ganha dinheiro em uma crise é o sistema financeiro e o capital especulativo, e este que nós temos que combater. Como se combate tendo política de investimento e de produção? E eu entrei na Internet – com o auxílio da nossa assessoria da Câmara, Presidente Mauro Pinheiro –, e ali está: o saldo da balança comercial brasileira de outubro de 2015, Ver. Reginaldo Pujol, Líder dos Democratas, é de R\$ 12 bilhões, saldo comercial – o melhor desempenho desde 2012. E esse *site* não é da página do meu partido – o Partido dos Trabalhadores –, é do G1, da Globo, que reproduz, neste momento, uma síntese: que crise é essa em que o Brasil exporta e deixa na balança comercial R\$ 12 bilhões?

Eu quero fazer este debate aqui, como já disse em outros momentos, com honestidade e sinceridade. Fazer política pelo lado propositivo, e não dos derrotistas, daqueles que vêm aqui fazer um discurso, dizer que está tudo errado, mas esse discurso apoia o capital especulativo. Ou, como fez a oposição nacional, na semana passada, que votou contra a possibilidade da repatriação das contas que estão no Exterior, dos dinheiros que estão na Suíça, entre outras. Que patriotismo é esse?

E aí eu quero dizer que ali está, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Paulo Brum, Ver. Idenir Cecchim e Ver. Kevin Krieger – Líder do Governo –, aquele é o saldo da balança comercial do Brasil neste momento, dentro de uma crise mundial: R\$ 12 bilhões positivos. E aqui eu recebi uma mensagem muito interessante: o Sr. João tem mil reais guardados. Falam tanto que ele tem que reformar o quarto, ele fica entre reformar o quarto e guardar os mil reais. Ele pega esses mil reais vai lá na ferragem, compra o que precisa e paga a ferragem; o senhor da ferragem foi lá e pagou o fornecedor de tijolos; a esposa do cara dos tijolos foi ao cabeleireiro e também o pagou; o cabeleireiro, que devia para a ferragem, foi lá e pagou a ferragem. Com mil reais, circulou o dinheiro na economia. Para esses que pregam a crise e que o dinheiro não circula: quando o Sr. João precisa de dinheiro, vai pegar onde? No banco. O que os bancos fazer? Aumentam os juros. Quem é que ganha com a falsa polêmica da crise? Os banqueiros, o capital internacional. É essa a discussão que temos que fazer, é esse o tema que tem que ser tratado.

Venho aqui, com muita tranquilidade, dizer que em momentos de dificuldades políticas, que é o momento em que vivemos, que pode afetar uma crise econômica, mas que afeta pela política, e é esse o compromisso que temos em debater. Dias atrás, recebi o convite

do Renato Martins, da Band, que dizia: “Venha discutir conosco: em momentos de crise é o momento de crescer; em momentos de crise é o momento de inovar; em momentos de crise é para derrotar o pessimismo”. Então venho aqui debater com meus colegas que vêm com grau de pessimismo para essa tribuna dizer que tudo é crise. Não, não é crise, a balança comercial brasileira tem um saldo positivo de R\$ 12 bilhões diante da crise mundial. Acreditamos no Brasil e vamos lutar contra os derrotistas. É disso que precisamos. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta que solicita representar esta Casa na 9ª Conferência Internacional do Bioma Pampa, a realizar-se nos dias 5 e 6 de novembro, na Câmara Municipal de Quaraí. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, agradeço a Ver.^a Jussara, nossa Líder de oposição, aos Vereadores do PCdoB, PT e PSOL por este momento de oposição poder ser dedicado ao repúdio da violência sofrida por jovens mulheres, construindo, na Praça João Paulo II, a 1ª Feira Livre Feminista e Autônoma da Cidade de Porto Alegre, na linha da Feira do Livro, na temática da ocupação das praças e parques, um movimento pacífico, um movimento cultural, jovens meninas, vinte meninas ensaiando uma manifestação cultural foram abordadas no domingo, por policiais. Primeiro, uma viatura, já de forma violenta, de forma truculenta, sem diálogo, e depois por seis outras viaturas que não admitiram qualquer resistência, que usaram da força, da ameaça, do racismo, apontaram armas, correram atrás das meninas que dispersavam, usaram de uma brutalidade inexplicável e inaceitável na nossa Porto Alegre, em um País que procura proteger suas mulheres e avançar na democracia. Ora, é preciso, tanto na manifestação de segunda-feira, dia de finados, jovens de vários movimentos sociais, homens e mulheres, têm-se unido a esse protesto. Ontem, na frente do Palácio Piratini, e é disso que quero falar mais, Ver.^a Jussara Cony, 400 meninas e meninos, jovens na sua maioria, protestavam contra a violência de Estado, indignados e indignadas, que o cidadão e a cidadã, em especial as mulheres, não têm o

respeito e as garantias que a Constituição lhes dá, de estar nos espaços públicos, de serem respeitadas, de terem sua integridade mantida e observada, e dos órgãos de segurança não praticarem violência só pelo fato de ser mulher porque isso ficou caracterizado na ação violenta da Brigada Militar, no domingo à noite. E ontem, esses movimentos exigiram que o gestor, que o Governo do Estado se manifeste sobre o tema, instale uma sindicância, identifique os responsáveis, os agentes que ali atuaram, identifique-os, reconstitua todo o evento, escute a sociedade, escute testemunhas, escute as meninas que têm medo de depor, inclusive pela falta de confiança na seriedade e na postura cidadão e ética de quem dirige e de quem atua eventualmente na ponta, e não é para generalizar, mas para falar de ações específicas. Ora, a impunidade em situações como essas nos levarão a momentos, como já vivemos, de indignação, de impotência, que infelizmente tem acontecido no País, onde, não balas perdidas, não tiroteio atrapalhado, mas abordagem da Polícia tem executados jovens inocentes, como foram os dois taxistas há poucos dias, no Rio de Janeiro, como foram meninos, crianças que acabam virando vítimas da violência explícita, da inexperiência, da tensão, pelo qual passam os nossos policiais. Se de um lado há uma responsabilidade pela redução do efetivo, criminosa, pela não nomeação de brigadianos e delegados, pela situação de insegurança que está em nosso Estado – e o Governador deve responder por isso -; de outro, os exageros, as exacerbações, a violência produzida pela própria violência, e a violência contra as mulheres produzida pela Brigada e pelos órgãos de Segurança, não pode passar impune. E nós vamos formalizar, pela Procuradoria da Mulher, espero que pela Câmara de Vereadores, ao Governador do Estado, que instale sindicância... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) E eu concluo dizendo, que identifiquem os responsáveis, que tipifique a ação, que diga que providências tem feito e que peça desculpas e faça reparações ao grupo de jovens que ali buscava espaço cultural, ocupava praças, se organizava para viver o seu direito de estar no espaço público. O nosso repúdio, e que não passem ilesas nenhuma dessas atitudes. Porque quem tem que garantir a segurança das mulheres, cujos índices de violência continuam altos, é a Segurança pública, e se elas não puderem contar nem com eles, que tenham respeito, diálogo, abordagem adequada em situação como essas, com quem contarão as mulheres. Que esta Câmara

se levante, e nós apoiaremos o manifesto de Moção de Repúdio que a Ver.^a Jussara Cony está encaminhando, e vamos formalizar também pela Procuradoria.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, pessoas que nos prestigiam com suas presenças aqui e através da TV Câmara, eu gostaria de fazer um registro, para não deixar passar de forma alguma, que ontem, dia 3 de novembro, marcou os 123 anos de criação da nossa Guarda Municipal, que desde o início das suas atividades está relacionada a serviços prestados na vigilância pública, zelando pelo bem dos cidadãos, e pela segurança patrimonial da própria municipalidade, as escolas, os postos de saúde, prédios, espaços públicos e, então, eu queria, desta forma, fazer esse registro, cumprimentar a Guarda Municipal que está espalhada por dez áreas geográficas de atuação, composta por efetivos fixos e móveis – são 500 Guardas Municipais –, e, dentre eles, nós temos 36 mulheres. Então, é muito importante esse reconhecimento, essa valorização e citar aqui que os Vereadores Kevin Krieger e Nereu D'Avila já foram Secretários da Segurança Urbana. Hoje, nós temos no comando o Secretário José Freitas e a Guarda se qualifica cada vez mais através do trabalho que faz e da preparação.

Também gostaria de fazer aqui alguns registros importantes e começaria pela exoneração, ou seja lá como os senhores gostariam que eu falasse, pelo deslocamento do General do Comando Militar do Sul, o Gen. Antonio Hamilton Martins Mourão, o qual eu tive o privilégio de conhecer seu pai e conheço ele muito bem. O Gen. Mourão foi afastado do seu cargo de forma injusta, truculenta por aqueles que alardeiam a democracia, mas que na prática não funciona. O Gen. Antonio Mourão foi exonerado por dizer aquilo que a grande maioria da população pensa e que nós não aguentamos mais, que é este descalabro da corrupção ao qual nós assistimos diariamente. E o Gen. Mourão falou isso de uma forma muito clara e por isso foi afastado do seu cargo.

Agora, para falarem contra o Exército, todo mundo fala, mas para falar que o Exército é solidário, que pratica inúmeras ações como a campanha do agasalho; atendendo a

população carente atingida por calamidades; o apoio logístico estrutural em calamidades; atendendo com transportes, com barracas, suprimentos; mutirão para ações à saúde com seus efetivos; doações de sangue; ações recreativas; ações contra a dengue; missões de paz em diversos países – lá está o nosso Exército, isso as pessoas não conseguem enxergar. Mas o tempo é o senhor da razão e ele mostrará muito bem ao que o Exército Brasileiro se destina. O Exército Brasileiro não tem partido; seu partido, aliás, é o Brasil de uma forma muito correta, muito séria, muito leal e muito comprometida.

Eu quero também falar aqui sobre dois pronunciamentos, da Ver.^a Jussara Cony e da Ver.^a Sofia Cavedon, que falaram sobre a violência da Brigada Militar contra as mulheres que faziam uma manifestação. Eu, imediatamente, liguei para o comandante do Comando da Brigada Militar e conversei com ele demoradamente, e ele me explicou que os oficiais, os policiais militares, foram até esse local a pedido dos moradores pela baderna, pelo barulho, pelo som alto às 23h30min – vejam bem o horário!

Quero dizer que é muito importante que se tenha o ponto e o contraponto, os dois, para depois fazermos uma análise; por isso estou colocando aqui o lado da Brigada Militar, falado pelo comandante da Brigada Militar, uma instituição séria, comprometida em atender a população. Esse mesmo comandante disse que, quando os policiais militares chegaram no local, atendendo à solicitação dos moradores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...eles foram hostilizados. Chegaram mais policiais militares, e o comandante me falou, de uma forma muito tranquila, muito correta, que esse procedimento está sendo apurado e que, se ficar comprovado pela Corregedoria que houve excesso, com a instalação do inquérito, as medidas serão prontamente tomadas.

Então, nós não podemos, de forma alguma, derrubar, acabar com uma instituição como a Brigada Militar por um episódio que, até agora, não se sabe como aconteceu! Nós temos que esperar o desenvolvimento, o fechamento desse inquérito, dessa apuração, para depois falar sobre a Brigada Militar. Eu sou contra qualquer tipo de... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para finalizar, Presidente Mauro Pinheiro, eu quero, com toda a tranquilidade que tenho com relação à Brigada Militar, uma instituição que serve para proteger o cidadão de bem, deixar aqui o registro na palavra do comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que se houve excessos, essas pessoas serão punidas.

Nada mais justo e correto. Mas, até lá, não devemos, de forma alguma, fazer juízo apressado, irresponsável, ouvindo só um lado; precisamos, também, ouvir o lado da Brigada Militar. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós estamos na semana de finados, quando o vento nordestão é muito forte. E, junto com o nordestão, vêm muitas notícias, que passam sempre por Brasília. O vento vem e trás notícias que, às vezes, não são muito agradáveis. Estamos vendo, lá, o Eduardo Cunha, que já tem a prova e diz não ter. Vejam que o Eduardo Cunha é do meu partido, mas eu sempre disse que quem tem problema tem que ser tratado como problema.

Que bom que o Ver. Alberto Kopittke está presente, porque vou falar sobre um assunto provocado, educadamente, por ele, que me questionou, aqui da tribuna, por que eu não falava sobre a Operação Zelotes. Então, hoje, chegou o dia de falar da Zelotes, atendendo à solicitação do Ver. Alberto Kopittke para que eu falasse sobre isso. Realmente, a Operação Zelotes continua, e não é culpa do Ver. Alberto, é lógico, assim como não é culpa da Ver.^a Sofia, do Ver. Sgarbossa ou do Ver. Comassetto, mas é do PT, mais uma vez. O Ver. Alberto perguntou por que eu não falava dos empresários. Eu falo, sim, dos empresários que não pagam impostos, que são tão corruptos quanto os políticos que desviam dinheiro. Agora, desta vez, chegaram muito próximos ao Presidente Lula, de novo. Parece até que estão querendo cercar. Como dizem os argentinos e os espanhóis, não é uma Operação Zelotes, é uma *ciempies*. O cerco está se fechando por todos os lados: primeiro a Lava Jato chega quase na casa. Agora, vem a Zelotes e pega a Erenice Guerra – ex-secretária de confiança da Presidente Dilma e do Planalto – que fez o *lobby* para essas medidas provisórias. Então, não adianta o Ver. Sgarbossa se esforçar tanto aqui para tirar automóvel do Centro e das ruas, se o Governo petista faz medidas provisórias fraudulentas para as montadoras de automóvel. Tem que fazer uma coisa: tem que discutir. O partido da Presidente diz uma coisa aqui e lá faz outra! E a população é capaz de ficar privada de ir ao Centro da Cidade.

Ver. Cláudio Janta, os comerciantes vão vender para quem, se não podem entrar na Cidade? Querem fazer um sítio ao redor do Centro, situar o Centro para ninguém ir lá. O comércio vai quebrar, as pessoas não conseguirão chegar ao Centro, os comerciantes não venderão, e o Centro vai ficar abandonado. Justamente em uma época em que queremos fazer todos os esforços para revitalizar o Centro da Cidade. Em todo o mundo são revitalizados os centros e os cais, pena que os nossos demoram tanto tempo para serem revitalizados. Os dias estão difíceis, complicados, ninguém mais aguenta falar em corrupção – nem eu, Ver. Villela –, isso cansa. Mas todos os dias, quando não é sobre a Lava Jato, ouve-se falar sobre a Zelotes. E todas as direções vão para o mesmo endereço: São Bernardo do Campo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Registro a Visita Orientada pelo Memorial da Casa dos 25 alunos da Escola Municipal Jean Piaget, que estão presentes no plenário, com a Professora Magnólia. Sejam todos bem-vindos. (Palmas.)

(15h16min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Sr. Mendes Ribeiro (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 145/15 por cinco Sessões. Conversei com o Ver. Janta, que é o oponente do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Lourdes Sprenger (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada da Indicação nº 040/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje e o adiamento de discussão do PLCL nº 020/11 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 030/15. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**; 2 **ABSTENÇÕES.**

Apregoo as Emendas nº 01 e nº 02, de autoria da Ver.^a Jussara Cony, ao PLL nº 302/13.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver.^a Jussara Cony, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 302/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver.^a Jussara Cony, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 01 e nº 02 ao PLL nº 302/13.

Apregoo as Emendas nº 03 e nº 04, de autoria dos Vereadores Marcelo Sgarbossa, Sofia Cavedon e Eng^o Comassetto, ao PLL nº 302/13.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando dispensa do envio das Emendas nº 03 e nº 04 ao PLL nº 302/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 03 e nº 04 ao PLL nº 302/13.

Em discussão o PLL nº 302/13. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os trabalhos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, Vereadores, Vereadoras; o projeto que está sendo debatido, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, tem como principal mérito promover o debate sobre a cidade que queremos. Eu fiz uma breve pesquisa a respeito do tema, abri alguns *sites* da Internet justamente para poder me interar. A frequência com que visito locais diferentes da minha cidade natal, Porto Alegre, é muito pequena, portanto, muitas vezes, eu não tenho conhecimento do que se passa ao redor do mundo em cidades, por exemplo, da Europa, da África, em outras cidades da América, e o que chega de notícias, muitas vezes, é escasso sobre essas localidades. Portanto, eu

pesquisei a respeito dessa temática, a restrição da circulação de automóveis nos principais centros urbanos, nos centros das cidades, e encontrei algumas coisas bastante interessantes. Por exemplo, fui listando as cidades que já têm iniciativas sobre esse tema e descobri que Madri, que é uma cidade referência no mundo, restringiu a circulação de veículos automotores no centro dessa cidade. Oslo, uma capital considerada um dos grandes centros de congestionamento mundial, tem um plano para proibir a circulação de veículos automotores no centro até 2019, e já começou a implementar estratégias para isso. A Cidade Luz, Paris, também tem legislação a respeito do tema restringindo a circulação de veículos automotores no centro da cidade. Dublin, a capital irlandesa... e não pára. Na Europa, em que ainda existem algumas alternativas, por exemplo, Hamburgo, Copenhague, Helsinque são cidades que já tem legislação a respeito do tema. E, por incrível que pareça, senhoras e senhores, a capital de Ruanda – país da África – também apresenta legislação que versa a respeito do tema.

Estamos falando aqui em qualidade de vida, estamos falando aqui no que desejamos da Cidade que será utilizada pelos nossos filhos, pela juventude, pelas próximas gerações. Esta Cidade vai se transformar, querendo ou não os Srs. Vereadores. A consciência ecológica, a consciência em termos de saúde da geração que está se formando é muito mais adiantada do que a geração da qual nós pertencemos, da qual nossos pais pertenceram. Eu me criei dentro de uma lógica da sociedade em que fumar era bonito; quando eu era pequeno a maior parte dos adultos fumava e muitos continuam fumando. Porém, os seus netos repudiam tal fato – estamos falando aqui em consciência coletiva, em consciência individual e saúde.

A restrição da circulação de automóveis nos centros urbanos é uma lógica que boa parte das cidades vai adotar, porque vivemos o problema constante de congestionamentos. E não adianta dizer que restringir o acesso dos veículos automotores vai apenas cercear a liberdade das pessoas de chegarem ao Centro; nós precisamos mudar essa ótica e oferecer à população melhores condições de trânsito; estimular o uso das bicicletas para quem mora perto do Centro. Nós temos que descentralizar a Cidade, levar para as diferentes regiões o desenvolvimento econômico. Temos que pensar, também, em melhor qualidade do transporte coletivo, porque é ele que vai acabar com o problema... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) A qualificação do sistema de transporte público pode

diminuir, e bastante, o número de veículos nas ruas. Esses veículos, o excesso deles, é que causa congestionamentos, já que temos um aumento exponencial da aquisição de veículos. Então, senhoras e senhores, é questão de saúde. Não podemos admitir que tenhamos essa lógica do consumismo com relação ao uso indiscriminado de veículos automotores, que pode ser considerado como desenvolvimento econômico, desenvolvimento da nossa Cidade, mas temos que pensar uma cidade desenvolvida como uma cidade que restringe, que diminui e que usa novas formas de locomoção. Então, está feito o meu destaque. Parabéns ao projeto do Ver. Marcelo. Esta é a Cidade que queremos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Ezequiel está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste aqui e público que nos assiste em casa, pela TVCâmara. Eu acho que o Ver. Prof. Alex Fraga, do PSOL, já trouxe aqui um pouco do que nós pensamos sobre este projeto de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. Nós, do PSOL, temos uma luta muito importante por um transporte público de qualidade e um transporte que seja acessível para toda a população de Porto Alegre. Nós temos feito uma luta muito grande, durante muitos anos, porque consideramos que a passagem em Porto Alegre é muito cara – isso nós podemos verificar comparativamente com o valor das passagens de outras capitais e de outras cidades Brasil afora.

Entendemos que todo projeto que venha a diminuir o número de carros nas ruas desta Capital é um projeto que contribui para a população da Capital dos gaúchos, contribui para a qualidade de vida, e, como disse muito bem o Ver. Prof. Alex Fraga, também para a saúde. Sabemos que o grande número de automóveis nas ruas é o que emite muito gás carbônico; portanto poluindo o ar que respiramos. Eu sou um trabalhador da saúde, trabalho no Hospital Presidente Vargas, e vejo ali nas galerias um colega auxiliar de enfermagem, que trabalha lá no Hospital Presidente Vargas, junto comigo – é uma grande honra tê-lo aqui presente na Câmara. Quero dizer que o ar que a gente respira tem muito que ver com saúde, porque sabemos quantos pacientes vão à emergência do Hospital

Presidente Vargas, à emergência do HPS, a outras emergências e pronto atendimentos, espalhados pela capital dos gaúchos, onde, Professor Alex, chegam crianças com crises de asma, com bronquiolite, com bronquite, sendo que muitos desses pacientes passaram a ter essa doença por conta inclusive do ar que a gente respira.

Outra coisa é o lazer da população, que também temos que defender. Esse projeto visa a preservar uma área do centro da Capital para os pedestres, além de fortalecer o comércio na região central, também abre um espaço para que as pessoas possam caminhar no centro de Porto Alegre, porque a gente sabe muito bem a dificuldade que é circular no centro da capital em dias de semana, em horários de pico. A gente sabe que se a gente conseguir diminuir o número de automóveis, o número de veículos que emitem gás carbônico na região central de Porto Alegre, vamos estar contribuindo para a qualidade de vida e para a população de Porto Alegre. Portanto, Ver. Sgarbossa, nós, do PSOL, estamos em plena concordância com o seu projeto, queremos demonstrar o nosso apoio total a esse projeto. Um grande abraço. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, senhores e senhoras, trago também meu apoio porque defendo um outro modelo de Cidade – um outro modelo de Cidade é possível. Nós nos conformamos que mais e mais automóveis é o que significa modernidade e desenvolvimento, é nos conformamos com uma Cidade inviável, e a Cidade é possível e viável se nós conseguirmos criar uma outra cultura. A cultura da circulação individual do automóvel é insustentável ambientalmente e na circulação da Cidade. Ora, restringir o acesso ao automóvel em determinadas áreas, pode parecer incomodativo, impossível de se realizar, mas nós já tivemos áreas na cidade de Porto Alegre que foram liberadas para automóvel, onde as pessoas, no Centro da Cidade, caminham no meio da rua em que a lotação vem passando, como é o caso da Rua da Praia. Isso é uma agressão, uma desumanidade, é uma opção pelo salve-se quem puder. Estudar com meticulosidade, dom proposta, com formação, com compreensão da Cidade, com estímulo aos motoristas, com apresentação de trajetos alternativos, com

apresentação de linhas circulares e trajetos possíveis, coletivos. Olha, se pega tal ônibus e tal lotação, se faz o mesmo trajeto, do mesmo jeito, mais barato, menos incomodação. Quer dizer, é preciso, não pura e simplesmente, Ver. Marcelo, aqui não entra mais. Mas é preciso ter uma intencionalidade da municipalidade, dialogar com os moradores organizados do Centro, dialogar com o Conselho do Plano Diretor do Centro, dialogar com o Comtu, construir essa cultura, esta apropriação, tirar dúvidas, porque na hora em que se implanta, a Cidade sabe que em determinado momento, no início, fará sacrifício, mas terá grandes benefícios. Eu tenho muito carinho pelo Centro da cidade de Porto Alegre. E é uma tristeza passar aqui no sábado, no domingo e ver que ela é deserta; é uma tristeza saber do índice altíssimo de violência, de assaltos, de roubos no Centro, o que é indicador de que é muito alto; é uma tristeza ver a Av. Salgado Filho, praticamente insalubre para os moradores que resistem morando no Centro da Cidade, seja na Av. Salgado Filho, seja em função dos ônibus, das imensas filas, mas também pela existência dos tais “inferninhos”. O Centro tem muita gente de forma desordenada, muito carro, se acontecer um acidente, congela, se torna conflituado completamente; de outro lado, ele está completamente vazio. E pensar a modernização do Centro, na minha opinião é muito diverso de construir *shopping center* na beira do Guaíba, construir edifício na beira do Guaíba, construir um túnel que ligue diretamente, por exemplo, do Cais do Porto, para viabilizar o transporte dos automóveis, viabilizar a circulação de milhares de automóveis. Essa opção, de novo, é uma opção de não ter pessoas caminhando dentro da Cidade, no Centro da Cidade; ser uma Cidade deserta, vazia, violenta ou ser violenta porque ela tem muito automóvel, tem muito barulho, tem muita pressa, tem muita poluição. Quer dizer, as escolhas hoje são: ou ela é violenta ou é violenta. E a opção trazida aqui pelo Ver. Marcelo Sgarbossa é de humanização. Eu acredito nessa humanização. É a conscientização dos moradores da cidade de Porto Alegre, do Estado do Rio Grande do Sul que visitam muito a Cidade, o Centro, onde milhares de pessoas vão a bancos, andam de ônibus, vão ao trabalho, vão ao comércio, e é o pedestre que tem que ser priorizado, porque as pessoas andam a pé no Centro. E, com certeza, essa foi a opção, junto com a opção do uso dos prédios abandonados para moradia, para que o Centro tenha vida – de caminhada, de encontro, de cultura – durante todo o final de semana; aí, sim, nós vamos ver uma humanização de verdade. E são propostas como essa que nos estimulam.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu venho aqui falar sobre este projeto sobre a restrição ao trânsito de veículos automotores na região central do Município de Porto Alegre, lembrando que, há anos, essa região teve essa restrição, inclusive, de lotações e que depois se retornou, de tanto se ter sido referido os assaltos, o próprio comércio local entendeu que a movimentação de veículos também traz mais pessoas e mais visibilidade para o que se tem no local. E eu tenho visto isto, que o comércio reivindica isto, que nós tenhamos o trânsito também de veículos. E quanto às restrições, a gente já tem alguma coisa: temos na Rua dos Andradas, temos ali próximo ao mercado, e que, se viajam a outras Cidades, pelo menos as que eu andei, também há restrições de algumas vias, mas têm circulação e até facilitam para se dirigir até algum local, como tomar um ônibus, no caso de outras Cidades, o metrô ou também os lotações. Então, se isso já não deu certo no passado, que teve que se reativar essa circulação, eu acredito que este projeto vai deixar o Centro ainda mais isolado em determinados horários, e os assaltos, que sempre existiram, vão continuar existindo, porque o que se necessita é de um bom policiamento. E, ainda, se esses veículos poluem, cadê a fiscalização, que deixa esses veículos com problemas de mecânica circulando no Centro? Então nós temos que repensar.

Também o Ver. Sgarbossa, nosso colega que tem trabalhado bastante, está fazendo o inverso no sentido de que nós temos uma lei para retirar carrinheiros e carroceiros da Cidade, com inclusão social, e ele vem apresentando um projeto para tentar desestruturar o Projeto Todos Somos Porto Alegre, que trata da inclusão social dessas pessoas, porque ser carrinheiro ou carroceiro não é ter profissão, isso é ter uma vida indigna, sem direito a nada. Nós, que lutamos há oito anos para retirar as carroças das ruas – os que cavalos tombavam semanalmente ou diariamente –, não podemos admitir esse retrocesso! Colocar novamente carrinheiros ou postergar a retirada das carroças, isso são maus-

tratos! Nós queremos humanizar, vamos humanizar com os animais. Animais têm vida, são seres sencientes, e o cavalo é o animal-símbolo deste Rio Grande. Nós não podemos admitir que uma lei venha alterar um programa que está em andamento.

Então vamos pensar em humanizar o Centro, tendo circulação mais restrita, não proibida, mas também não vamos deixar circular carroças na Cidade, carroças frágeis com crianças e também cavalos malferrados, cavalos que tombam. Se nós nos identificamos com o meio ambiente, se nós nos identificamos com os animais, nós temos que fazer a defesa, nós temos que ter uma continuidade, uma coerência, porque, senão, é muito ruim nos elegermos por uma defesa e chegamos aqui na Câmara, distorcemos o nosso foco e não defendermos mais aquilo. As pessoas se iludiram votando em nós para fazermos as defesas da plataforma de campanha.

Então esse projeto deve ser bem avaliado, porque proibição, restrição total não vai ser bem-vinda tendo em vista que já houve isso em Porto Alegre e teve que ser modificado. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, imprensa que aqui nos acompanha, eu tenho dito que tem algumas oportunidades que os colegas Vereadores e Vereadoras oferecem à Cidade e que nós temos aqui o compromisso de debater e aprofundar esses temas, para termos um entendimento. E o Ver. Marcelo Sgarbossa apresenta um projeto cuja discussão e entendimento é conceito de cidade. Que Cidade temos e que Cidade queremos? Nós queremos uma Cidade que inclua, uma Cidade humanizada, que respeite o indivíduo acima das suas estruturas físicas ou dos seus carros? É claro que sim! Esse é o conceito de cidade, pelo qual luto e trabalho para que possa existir.

Quando o Ver. Marcelo propõe, neste projeto, que um determinado perímetro do Centro da Cidade seja destinado, prioritariamente, ao pedestre, em detrimento do automóvel, nós estamos aqui discutindo um conceito de cidade. Eu quero lembrar aqui que esta tribuna é utilizada com frequência para fazerem referências às cidades, principalmente às

européias, dizendo: “Nós queremos ter uma Porto Alegre igual a uma cidade do Primeiro Mundo”. Temos que ter uma relação com Londres, com Madrid, com Amsterdã, entre outras”. Quero dizer que todas essas cidades, entre muitas outras cidades do mundo, têm zonas exclusivas de pedestres. Agora, elas não têm apenas estrutura para pedestre. Nós temos que discutir a estrutura para pedestre, o transporte público, etc. Por que Porto Alegre tem que receber um número excessivo de ônibus no Centro da Cidade? Por que Porto Alegre tem que canalizar os carros para afunilarem no Centro de Porto Alegre? Eu quero discutir com os colegas. Aqui na frente da Câmara, nós temos um esqueleto de um protótipo de um grande engenheiro do Rio Grande do Sul, o Coester, que desenvolveu o aeromóvel e já está funcionando lá no Aeroporto, e custa 20%, menos do que os trens. Por que não tem um veículo aéreo sobre trilhos, ou aeromóvel, fazendo uma linha circular que passe aqui na frente da Câmara, no Largo Zumbi dos Palmares, que vá até o Centro da Cidade, indo e voltando, que pegue os passageiros dos ônibus ou dos demais transportes e que os levem, retirando os ônibus dali?! Por que não debater isso? Por que tem que ter automóvel transitando lá na Rua da Praia, sendo que num determinado período, na Av. Borges de Medeiros e na Rua da Praia, não havia veículos circulando, a população ocupava aquele espaço para conversar, para dialogar, e, no final da tarde, todos se reuniam naquele espaço, que é um espaço de civilidade. É isso que um projeto como esse propõe: a discussão e o debate. Não quer dizer que tenha que haver uma ingerência sobre a gestão da Cidade, mas esta Casa tem o compromisso e o dever de discutir o conceito de cidade e sugerir possibilidades que venham a inovar, que venham a humanizar Porto Alegre.

Portanto, este projeto, no nosso ponto de vista, constrói uma Cidade que queremos, a Cidade que inclui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

O SR. KEVIN KRIEGER: Boa tarde, cumprimento o Ver. Paulo Brum, presidindo a nossa Sessão, os Vereadores e Vereadoras, o público que nos assiste, e rapidamente, Ver.

Comassetto, como tu falaste, eu acho que nós temos aqui que realmente discutir o conceito que nós pretendemos para a Cidade.

Nós já tivemos alguns Vereadores que falaram algumas situações que também tenho acordo, a Ver.^a Lourdes fez algumas colocações importantes, outros Vereadores, na semana passada, também se manifestaram, mas quero principalmente falar em relação ao nosso comércio do Centro da Cidade. Com essa proibição do projeto de lei do Ver. Marcelo, como ficarão os comerciários e como ficarão os comerciantes do Centro da Cidade? Todos nós sabemos o momento em que o País vive, da crise financeira, das dificuldades de emprego, das dificuldades de geração de impostos e de execução dos serviços públicos. Eu vi a sua manifestação, Ver. Cláudio Janta, na semana passada, que colocou que na Região Central, onde determina a proibição, são em torno de 100 mil trabalhadores. Cem mil trabalhadores que trabalham na Região Central de Porto Alegre. Pergunto: nesse momento em que a gente vive de crise financeira, de o Brasil, que tem um deficit nacional previsto, para este ano, de R\$ 110 bilhões, nós estaremos restringindo o comércio? Entre outras situações que a EPTC nos coloca, faço questão de colocar aqui também, como o nosso comércio vai ser abastecido? O PLL não diz nada, Ver. Alex? Como os caminhões que abastecem o comércio entrarão nesse espaço para abastecer? Como os veículos da Câmara Municipal, por exemplo, que precisam levar o Presidente desta Casa, no Centro Histórico, entrarão com a implantação desse projeto? Sem dúvida nenhuma, a Cidade não vai ganhar com isso, Ver. Cecchim, não vai ganhar, tu que foste um dos grandes idealizadores, como Secretário Municipal da Indústria e Comércio, do Centro Histórico da Cidade, fizeste um excelente trabalho criando o camelódromo, acabando com os camelôs e dando oportunidade para que essas pessoas pudessem ter uma melhor qualidade de vida. Essa solução não traz benefício para o pedestre, uma vez que não propõe nenhuma melhoria nas calçadas ou travessias, apenas elimina uma parcela de veículos nas ruas. Gera custos ao erário e, pior, Ver. Mendes Ribeiro – tu, que comentaste antes de eu vir à tribuna –, como será feita a fiscalização dos carros dos moradores do Centro e daqueles que não são? E as pessoas, Ver. Idenir Cecchim, que têm familiares idosos como vão levá-los ao hospital, por exemplo? Vão deixar o carro a quantos quilômetros para buscar o seu idoso, seu pai, a sua avó? Então são questões que precisamos discutir com muita calma.

Na verdade, esse projeto, realmente, não contribui para a mobilidade e acesso universal aos serviços e comércios no Centro Histórico. Acredito que o Ver. Marcelo possa, quem sabe, pensar num indicativo no qual a EPTC possa fazer um estudo de viabilidade de algumas restrições, mas não de proibição de todas essas áreas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 302/13.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste por meio da TVCâmara, nas galerias desta Casa, não poderia me furtar, Ver. Marcelo Sgarbossa, de vir e trazer a nossa impressão, a nossa visão a respeito desse tema. Esse tema que é a instituição da área de restrição ao trânsito de veículos automotores na região central do Município. Esse tema foi amplamente debatido na nossa Comissão de Constituição e Justiça, pelo que eu li do projeto, na ocasião em que colhemos os votos, na CCJ, e V. Exa., obviamente, por ser o autor, foi o único voto contrário ao relatório pela existência de óbice. Nesse sentido, a Comissão de Constituição e Justiça, lá na sua origem, quando o projeto foi apresentado, apontou vício de origem; apontou, na realidade, que havia a existência de óbice para a tramitação deste projeto de lei. Alguns pontos são fundamentais e importantes dadas às informações relevantes que nos foram fornecidas.

O Ver. Nereu D'Avila, que deve estar nos assistindo, está de licença médica, na ocasião, antes de proferir o seu relatório, solicitou um esclarecimento, fez um Pedido de Diligências à EPTC, que juntou uma série de informações, e, mais do que isso, trouxe uma evolução histórica no que diz respeito ao Centro de Porto Alegre. Por exemplo: em 2001, ocorreu a implantação do estacionamento rotativo, com, atualmente, a existência de 82 parquímetros, que controlam 1.227 vagas rotativas na área central; intervenções em dois cruzamentos críticos na Av. Borges de Medeiros com a Rua Demétrio Ribeiro e a Av. Senador Salgado Filho e a Rua Dr. Flores, dando conta de que naqueles locais foi removido o canteiro central e foi permitida a transposição da conversão à esquerda, com controle de semáforo, ou seja, intervenções realizadas já em 2004. Depois, há a informação de um plano geral de circulação realizado pela EPTC, entre os anos de 2007

e 2008, atingindo a Av. Sete de Setembro, três quadras, que passaram do sentido duplo para o sentido único, uma inversão de uma quadra na Rua Gen. Portinho e de uma quadra na Rua Dr. Flores. E aí vai: em 2009, 70 vagas para idosos e 60, Ver. Paulo Brum, para deficientes físicos. Depois, traz a informação da parceria com a SMOV de ações de pintura, recapeamento asfáltico, dez travessias de semáforo para pedestre. Em 2010, uma ação que trata dos congestionamentos entre a Sarmiento Leite, a saída do Túnel da Conceição. Em 2011, outras ações no Centro Histórico. E, depois, para solucionar um dos problemas mais apontados pela sociedade, a falta de sinalização turística, trazendo benefícios para o Mercado Público, à Praça da Alfândega, à Praça da Matriz, à Usina o Gasômetro, à Santa Casa e por aí vai. São muitas as ações, as intervenções, e especialmente no que diz respeito à circulação de veículos, vemos que a vitalidade do Centro Histórico de Porto Alegre está associada diretamente à mobilidade dos cidadãos e pela forma com que podem usufruir, gozar do acesso ao Centro Histórico. É nesse sentido que a própria EPTC, ao longo dos anos, vem realizando ações implementando melhorias na sua área de atuação. Por todas as ações demonstradas e muitas outras que não tenho condições e tempo para referir, Ver. Paulo Brum, realizadas pela EPTC, embora a proposição do Ver. Marcelo Sgarbossa, no seu intuito, na sua intenção pessoal, tenha algum mérito, nós não podemos acompanhar o projeto em virtude das inúmeras ações, intervenções que vêm sendo realizadas no Centro Histórico, pelo que entendemos que a circulação de veículos deve se manter da forma controlada e direcionada como até o dia de hoje tem acontecido. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13, por cedência de tempo do Ver. Mendes Ribeiro.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, inicialmente eu quero agradecer ao Ver. Mendes Ribeiro pela cessão do seu tempo. Este projeto nós já discutimos na Sessão anterior, durante dois dias estamos discutindo esse projeto. O Ver. Comassetto falou que nós temos que debater, realmente, os projetos. Acontece, Dr. Vilson – que nos visita e foi servidor desta Casa por muito tempo; seja muito bem-vindo –, que o lugar de discutir, de dialogar e debater é a comissão específica,

nesse caso, Ver. Comassetto, é a CUTHAB, que V. Exa., inclusive, preside, é lá que têm que ser debatidos, discutidos, ampliados todos os detalhes. E nesta comissão – pasmem, senhores e senhoras, houve empate, a comissão não chegou a uma conclusão. A Comissão de Constituição e Justiça, que analisa a legalidade do projeto, foi totalmente contrária, praticamente; somente foi favorável ao projeto o próprio autor, que, pelo Regimento, tendo um voto a favor, o projeto continua. É um dos detalhes que o Ver. Luiz Braz e o Ver. Pujol há muito debatem, que tem que haver uma modificação no Regimento. Se a Comissão de Constituição e Justiça é contrária, amplamente contrário é esse projeto e não deve seguir à frente para que não atiremos o nosso tempo fora. Houve parecer negativo na CCJ, a Procuradoria encontrou restrições, na CECE, na COSMAM, na CEFOR, todos contrários a esse projeto. Olha, já estão praticamente todos contrários, em duas comissões houve empate, ou seja, o parecer não foi válido, então, foi contrário praticamente em todas as comissões, Ver. Cecchim. E nós temos grandes dificuldades, está provado, flagrantemente provado e comprovado, Ver. Paulinho, que, quando se retira o trânsito de uma rua, o comércio e os serviços são fortemente prejudicados. Em Porto Alegre, quando se retirou o trânsito da rua dos Andradas, o comércio praticamente acabou. Tem duas ou três instituições de esportes, mas aquele comércio de moda de antigamente, Ver. Canal – o senhor não residia aqui em Porto Alegre –, quando as meninas iam desfilarem na Rua da Praia porque iam às lojas fazer compras, hoje não existe mais. Eu lamento que nós tenhamos dificuldade... Carga e descarga! Não pode entrar no Centro! Não é possível que não se possam levar cargas para os estabelecimentos comerciais e de serviços.

O Ver. Kevin aqui falou que, quando se vai levar uma pessoa idosa ou com dificuldade de locomoção para uma consulta médica, não se pode entrar de carro lá. Ora, isso não é possível! Nós estamos legislando em favor das pessoas, sim, mas o... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e, também, aqui nas galerias; Ver. Marcelo, eu escutei muitos Vereadores falando sobre a questão da legalidade do projeto, da Comissão de Constituição e Justiça, do vício de origem, e quero dizer que tenho sido um Vereador que defende as iniciativas, Ver. Mendes Ribeiro, dos Vereadores, porque sobra muito pouco para legislar. Então, eu vou debater esse projeto não em cima da legalidade ou do vício de origem, mas em função do mérito dele. Respeitosamente, em relação ao mérito, eu preciso dizer que não concordo com essa restrição de circulação no Centro da nossa Cidade. Primeiro, eu entendo o sistema de circulação da Cidade como um sistema arterial, como é o nosso sistema cardiovascular. Vamos gangrenar uma parte do nosso corpo. Isso acontece também, similarmente, com o sistema de circulação viária da nossa Cidade. Se nós proibirmos a circulação, aquela área da Cidade vai tender à degradação. Aliás, nós tivemos um momento, Ver. Villela, na nossa história, lá na década de 70, quando o senhor foi dirigente da nossa Cidade, em que houve essas restrições de circulação pelo País inteiro. Os calçadões foram criados naquela época, e o Brasil inteiro, nas suas grandes cidades e capitais, verificando a dificuldade que isso gerava para o comércio local, para o acesso dos veículos, acabaram revertendo essa situação. Usaram aqui como exemplo alguns lugares do mundo – não sou conhecedor –, como Madri, onde há pouquíssimas restrições de circulação e em algumas áreas há pinos móveis: durante o dia, em alguns lugares, os pinos são levantados e, durante a noite, baixados, permitindo a circulação. Mesmo em Porto Alegre, na Rua da Praia, a nossa rua dos Andradas, há quanto tempo temos o calçadão ali? A grande discussão existente hoje é para que se tenha, Ver. Nedel, uma circulação lá de baixa intensidade. Temos uma grande dificuldade de chegar nos locais do calçadão; até para uma viatura dos bombeiros é difícil, porque o piso não é adequado; uma viatura da SAMU, ou para circulação das pessoas que têm dificuldades de mobilidade. Pessoas com alguma deficiência não podem encostar o seu veículo para ali descer, porque existe a restrição, em boa parte ainda, no calçadão da Rua da Praia; em outra parte do calçadão já é permitido o trânsito, principalmente de coletivos. Então, tenho a convicção de que o Ver. Marcelo Sgarbossa teve boa intenção na apresentação deste projeto, entendendo que isso priorizaria a circulação de pedestres, mas tenho a convicção de que esta restrição traria um grande prejuízo para a circulação nessas vias, inclusive levando à

pág. 27

degradação do próprio comércio, levando à dificuldade de mobilidade. Então, encaminho contrariamente a este projeto, porque qualquer iniciativa nesse sentido tem que passar por um estudo muitíssimo aprofundado, sem desmerecer a iniciativa e a tentativa do Vereador que, com certeza, tem os seus méritos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Vereadores e Vereadoras aqui presentes, graças a Deus todos os colegas que ocuparam esta tribuna foram lúcidos e colocaram o absurdo que é esse projeto do Ver. Marcelo. E por que é absurdo? Digo de uma forma muito tranquila, não serei repetitiva nos itens que os colegas falaram por uma razão muito simples: eu já fui comerciante, empresária durante 15 anos, e o comércio, quando não existe movimento de carros, se retrai, e nós teremos desemprego. Em uma crise danada, nós não podemos, de forma alguma, promover o desemprego! Ora, nós temos é que pensar no Centro, na revitalização, na movimentação, nós temos que pensar em segurança, no problema das drogas. Agora, eu digo aos Vereadores e Vereadoras: só vai ao Centro da Cidade quem realmente tem alguma coisa para fazer, ou os moradores, ninguém vai cortar caminho pelo Centro! É absurda essa tentativa de matar o Centro de Porto Alegre, e, se nós analisarmos a situação geográfica do Centro, a gente conclui imediatamente isso. Eu só queria fazer o registro de que – cada vez mais isso me deixa surpresa – é um projeto que não é da nossa competência, não é da competência de um Vereador. Quantos pareceres contrários esse projeto teve? Nós tivemos Parecer contrário da Procuradoria, da CCJ – e, aliás, da CCJ, o único Vereador que votou favoravelmente foi o autor do projeto. Eu me daria por impedida numa questão dessas.

Então, eu confesso a vocês que o projeto, na minha opinião, é um absurdo, porque mata o Centro, quando nós estamos precisando da sua revitalização. Eu me pergunto: como um projeto que teve todos os pareceres contrários, por óbice, por ilegalidade, por inconstitucionalidade, tem um único voto favorável, sendo do Vereador autor do projeto?

Como jornalista, quero compartilhar o meu sentimento: que a imprensa dá palco para aquilo que é inconstitucional, e lastimo que nós tenhamos perdido um tempo danado. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Sofia Cavedon: Vereador-Presidente, apenas para lembrar a Ver.^a Mônica Leal, porque ela referiu que todos os Vereadores e Vereadoras que subiram à tribuna foram contra o projeto, que esta Vereadora foi à tribuna e fez defesa do projeto, assim como também o Ver. Eng^o Comassetto, no sentido de que é um projeto humanizador e revitalizador do Centro; e também o fizeram os dois Vereadores do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, se nós, Ver. Elizandro Sabino, voltássemos no tempo, iríamos ver que, em junho do ano passado, a Comissão de Constituição e Justiça da Casa já apontou razões suficientes para evitar a tramitação do projeto, que só tramitou em face do voto discordante do próprio autor. Se nós quiséssemos buscar algo de natureza jurídica, nós encontraríamos, Ver. Tarciso Flecha Negra, mais a manifestação da Procuradoria da Casa; isso, por si só, mataria o projeto. Mas o Ver. Cassio Trogildo tem razão quando fala que, além do aspecto jurídico, nós precisamos, como Casa política, ingressar no mérito da proposição. E aí eu fui pedir licença ao Ver. Guilherme Socias Villela para falar sobre esse tema. E explico o porquê: porque o Vereador Guilherme Socias Villela, quando Prefeito de Porto Alegre, obedecendo a estudos técnicos aprofundados, vedou o trânsito de veículos em algumas artérias de Porto Alegre, dentre as quais, as duas mais eloquentes são a rua dos Andradas – Rua da Praia – no trecho, Ver. Tarciso, entre a Rua Caldas Júnior e a Rua Dr. Flores; e a Av. Borges de Medeiros, no trecho entre as Ruas José Montauray, Andrade Neves e Av. Salgado Filho. Isso tudo não aconteceu porque o Prefeito Villela um dia chamou o seu secretariado e determinou que assim ocorresse. Profundos estudos técnicos foram realizados, e se verificou que era possível e recomendável que isso ocorresse, pela tradição que a Cidade já havia estabelecido que esse trecho na Rua da

pág. 29

Praia era onde o *footing*, o passeio, a caminhada ocorriam sistematicamente. De outro lado, havia uma razão extremamente humana para se votar esse projeto: a Esquina Democrática que conhecemos era a Esquina da Morte, e ali, sistematicamente ocorria, ano após ano, acidentes de trânsito com vítimas fatais. Esse contexto da técnica e da vontade política da adaptação e da transformação sustentava a proposição na ocasião. Agora, vejam os senhores e as senhoras, Vereadores e Vereadoras, as contradições que se traz: na Rua da Praia, que se entendeu de garantir para circulação de pedestres da Rua Caldas Júnior até a Rua Dr. Flores, o que se pretende é que se comece agora, no extremo sul, perto da sua residência, na Rua dos Andradas, proibindo a circulação, pois ali, na Rua Siqueira Campos, não vai se poder mais trafegar. Enfim, não é só garantir aos moradores o acesso à sua residência, e seria impossível vedarmos isso, em nenhum momento isso ocorreu. Até se observa aqui, nos trechos da Rua da Praia, onde foi feita a restrição pelo Prefeito Villela, que não existiam garagens, eram áreas que há mais tempo foram construídas e as garagens eram em ruas acessórias, e por isso se podia fazer essa restrição, Ver. Tarciso. Mas agora essas ruas estão lotadas de garagens, para as quais se pediu, se insistiu, na Rua Siqueira Campos, na Rua Sete de Setembro, na própria Rua dos Andradas, no começo, para que houvesse possibilidade de estabelecimento de garagem, e não existe. Então, querem se matar o centro de Porto Alegre em função de um belo discurso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu ajudei o Prefeito Villela, na ocasião, a concretizar esse trabalho montado em cima de estudo técnico. E agora, eu observo, e nós todos concordamos, que algumas modificações foram introduzidas. O trecho da Av. Borges, que era de interrupção total, hoje, já se consente que as lotações por ali circulem na medida em que são necessárias para o transporte coletivo. Então, essas adaptações feitas pela observação dos técnicos da EPTC e consolidadas na decisão política são algo que a gente tem que fazer com a cautela devida, para não se inviabilizar o maior bairro de Porto Alegre. E o maior bairro de Porto Alegre – sabe o Ver. Tarciso, por que é dele morador – é o Centro Histórico de Porto Alegre. Por isso, essa proposta já deveria ter sido enterrada, porque nenhuma Comissão logrou poder ser... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Acho que tenho pressa em votar contra esta proposição. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Waldir Canal está com a palavra para discutir o PLL nº 302/13.

O SR. WALDIR CANAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, venho a esta tribuna para me referir a este projeto. Fui procurado por diversas pessoas, inclusive, recebi hoje mesmo a ligação da Presidente do Comui chamando a atenção para esse projeto, que, na visão da entidade, traz alguns problemas para os idosos, e muitas colocações já foram feitas aqui. Os idosos precisam se locomover, ir ao mercado, ir às lojas, e muitas vezes é de carro que eles vão, alguém os leva. Os moradores ali, segundo o projeto, poderão ter um tíquete, uma autorização. E os demais? É o principal centro comercial que nós temos. E sábado...

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu moro há 15 anos ali na Rua Bento Martins, esquina da Rua da Praia, no Centro mesmo, e nós temos, acima de 50 anos de idade, muita, muita gente. Eu sou um. O que ele pede é mais circulação de lotação para que essas pessoas possam se deslocar com maior tranquilidade, as pessoas estão pedindo mais lotações circulando no Centro. Então, para mim, fica muito difícil fechar algum lugar, algumas ruas do Centro e não pensar nessas pessoas que tanto precisam desse trânsito no Centro também.

O SR. WALDIR CANAL: Quer dizer, o apelo é por mais ônibus, mais lotações para poder se locomover melhor. É uma questão muito ampla, polêmica. Eu conversava com o Vereador, que essa proposta deveria passar, antes de chegar aqui na Câmara, por uma audiência pública com os comerciantes, com os moradores, com as pessoas que serão atingidas pelo impacto que pode causar uma medida como essa. Vejam que no sábado, por exemplo, o movimento é intenso; já no domingo, nem tanto, mas no sábado é de manhã até à noite, com trânsito muito grande ali. Nós temos dificuldade de estacionamento, está se querendo fazer um estacionamento subterrâneo no Centro, porque não tem espaço e limitando ou impedindo a circulação dos carros, ônibus, enfim, com certeza, vai trazer mais transtornos.

E nós já tivemos esse debate na CCJ, e o parecer do Ver. Nereu D'Avila já aponta uma questão importante, também a fala da EPTC, que são os impactos de cada rua no entorno. Nós estamos falando da proibição de trânsito ali naquelas ruas, mas o entorno também poderá sofrer. Eu vou ler um trecho do parecer da EPTC. "A restrição proposta pelo PLL não é adequada e não contribui para a mobilidade, acesso universal aos serviços e comércios no centro histórico, motivo pelo qual somos pela não tramitação do PLL." Quer dizer, os técnicos da Prefeitura, da EPTC já avaliaram essa questão e já viram que não é possível fazer essa restrição.

Então, eu venho aqui votar contrariamente à proposta; já conversei com o Vereador, expliquei os motivos, e eu quero deixar registrada essa preocupação que não é só minha, mas de tantas pessoas que circulam, que passam pelo Centro, que moram no Centro e que, de alguma forma, convivem com aquelas ruas ali em torno da Prefeitura, Mercado Público, enfim. Fica aqui o nosso posicionamento. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 302/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos e a todas. Eu não pude fazer a discussão do projeto porque já havia utilizado o tempo de discussão do projeto na Sessão de meados de setembro, quando esse projeto entrou em discussão. Então o faço agora, claro que falando especificamente da emenda que estamos discutindo.

Temos quatro emendas ao projeto. A primeira emenda que está destacada fala de uma restrição dos horários. É uma emenda assinada pela bancada do PCdoB, que justamente restringe o período da restrição – com perdão da redundância –, ficando restrita a circulação de veículos das 6h às 19h e, no horário de verão, das 7h às 20h. Essa é a colocação da emenda.

Eu não consigo aqui contra-argumentar pela falta de tempo, mas posso fazer isso na discussão da Emenda nº 02, que também está destacada, assim como as Emendas nº 03 e nº 04, os inúmeros argumentos que foram levantados. Mas quero dizer que esse projeto teve fatos novos, recentemente, porque a gente sabe que, quando o projeto vem à

votação, há um interesse despertado, seja na população, seja nos meios de comunicação. Então isso nos permitiu, ao longo desse mais de um mês em que transitou, desde o momento em que foi analisado pela primeira vez, apoio, não especificamente ao projeto, mas apoio à ideia da restrição de circulação de veículos ao Centro Histórico.

Quero aqui fazer o registro da presença do Paulo, que faz parte da Associação dos Moradores do Centro Histórico, que analisou o projeto no seu conselho e não se posicionou a favor do projeto, inclusive, porque houve algumas falas, nessa reunião, sobre ampliar o perímetro; ao invés de delimitar apenas naquele miolo, como estamos propondo aqui, pensam, inclusive, em ser um espaço maior de restrição de circulação de veículos automotores e de favorecimento ao pedestre. Quero começar por aí, tendo em vista que o tempo é curto.

Quando se fala aqui em restrição, nós estamos falando na restrição de veículos automotores, Ver. Ezequiel, mas estamos falando na abertura para as pessoas. Alguns falam aqui em proibição, mas não é o caso, porque não se trata de uma proibição total, justamente pelo contrário: tem aqui um rol exemplificativo de oito situações: transporte escolar, veículos de transporte coletivo, seletivo, e outros, como guinchos, serviços de correio, viaturas do corpo de Bombeiros e da Polícia – esses, logicamente, têm permitida a circulação.

Eu gostaria de pedir dez segundos de atenção aos meus Pares. Quero aqui enfatizar o inc. IX do art. 3º: exceção da restrição – outros serviços, conforme definido em regulamento. Ou seja, nós não estamos aqui dizendo que somente esses estão excetuados. Se o Município, na regulamentação, entender que outros serviços são essenciais... E, logicamente, há inúmeros outros! Aqui, foi trazida a questão do idoso, sobre a qual eu quero fazer uma ressalva: não é todo idoso, aliás, é uma minoria dos idosos que tem dificuldade de locomoção. Então cuidado com o tratamento exagerado ao idoso. Tem idosos que caminham muito mais rápido do que muitos de nós aqui neste plenário. Então tenhamos cuidado ao citar como argumento coringa o idoso, como se todo idoso precisasse de cuidado especial em termos de locomoção, porque não é bem assim. Então, quanto ao idoso, se a sua locomoção com veículo automotor é considerado um serviço essencial. Bom, está aqui, na regulamentação, o Município pode, sim, fazer essa exceção, assim como uma pessoa com uma outra dificuldade de locomoção, como

cadeirante, também ganharia um selo – eu estou aqui citando um exemplo –, e, neste selo estaria permitida a circulação nesta região do miolo mais central do Centro.

Então, eu queria mostrar um outro fato recente: uma pesquisa apresentada na quinta-feira da semana passada, pelo Instituto Latino Americano de Desenvolvimento Econômico Sustentável – ILADES que, além de estudar a questão da emissão dos poluentes, fez uma pesquisa de opinião para saber dos frequentadores do Centro, se são favoráveis à restrição de veículos automotores. Vejam, quinta-feira da semana passada, um Instituto contratado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, coordenada pelo doutor Marcino Fernandes Rodrigues, cidadão honorário desta Casa, por indicação do Ver. Elizandro Sabino, que indicou o Dr. Marcino como membro honorário, recebeu o título de cidadão honorário, coordena este Instituto, que fez esta pesquisa que detectou – contratado pelo Município de Porto Alegre –, que 69,9%, 70% das pessoas que frequentam o Centro são favoráveis a esta política de restrição com a melhoria do transporte coletivo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 01 ao PLL nº 302/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADA por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 302/13. (Pausa). O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Quero agradecer à Ver.^a Jussara, autora da Emenda, que me concede a possibilidade de iniciar o debate pelo pouco tempo que tive antes. Quero fazer aqui o registro também do apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil, especificamente ao projeto. O tema aqui é a questão do comércio. Discuti, antes ali com o Ver. Janta, que tem atuação com os comerciantes; queria mostrar, já falei da pesquisa, para quem não seguiu, feita pelo instituto contratado pela Prefeitura, que detecta que 70% pessoas querem a restrição, mas essa notícia é o que, instintivamente, muitos podem se deixar levar e se enganar pelo instinto, porque se o argumento é a defesa do comércio, esse dado não deixa dúvidas. O lucro comercial em Nova Iorque, quando se restringiu a circulação de veículos automotores, aumentou em 50%; os imóveis tiveram a mesma

valorização, Ver. Cláudio Janta. Porque isso? Porque você torna atrativa essa região, as pessoas sentem prazer em circular nessa região para, inclusive, fazer as suas compras. Então, ao contrário do que se pensa, incentiva o comércio; portanto, fizemos uma emenda pensando nisso. Quando eu digo fizemos, quero dizer que as bancadas de oposição e a Ver.^a Jussara Cony apresentaram a emenda dizendo que pode ser diferente, mas aqui está uma sugestão. Os proprietários do comércio terão direito a cadastrar dois veículos automotores de livre circulação nessa Região Central, para, eventualmente, as entregas – cargas e descargas poderem ser feitas –, enfim, poderem circular livremente nessa região. Então, se essa é uma questão... Vejam, o Ver. Kevin Krieger – líder do Governo – diz que nós deveríamos fazer uma Indicação para a Prefeitura, ou seja, uma sugestão, não um projeto de lei; mas, sim, uma mera Indicação. Pois bem, nós já fizemos inúmeras Indicações de vários temas para a Prefeitura, não especificamente deste, mas de outros temas, e a Prefeitura, simplesmente, rejeita de plano, não abre estudos. Inclusive, fizemos projetos para que estudos sobre determinados temas fossem abertos, mas a Prefeitura rejeitou, nas falas do Diretor-Presidente da EPTC e na do próprio Prefeito. Então, queira me desculpar, o argumento de que nós deveríamos fazer uma mera Indicação... Vejam, propondo que os comerciantes poderão ter a liberdade de cadastrar dois veículos automotores para circular nessa Região Central, é uma forma de se atender; se é esse o receio, está aqui uma proposta de solução. O parecer da EPTC – é verdade, isso foi uma diligência do Ver. Nereu D' Avila que sugeriu a consulta à EPTC para entender a opinião – é uma verdadeira pérola, eu diria, porque ele coloca, na página nº 03, que foram apontados alguns problemas em relação à mobilidade urbana da Região Central, um deles é: acessibilidade restrita para automóveis e dificuldade para acessar alguns pontos da região devido a existência de inúmeros calçadões. Ou seja, a Prefeitura e a EPTC admitem: tem um problema, um dos problemas do Centro é que tem muito calçadão. Então, até gostei do parecer, porque ele não titubeia, ele não deixa subliminar, deixa explícito: o Centro da Cidade tem um problema, tem muita área para pedestre e, por isso, os veículos automotores não conseguem chegar em algumas regiões do Centro da Cidade. Então, está aqui admitido. Depois que você lê isto, entende, não tem como um parecer da EPTC ser favorável a um projeto que vai privilegiar os pedestres.

Então, especificamente, esta emenda permite aos comerciantes que cadastrem dois veículos automotores para poder livremente circular na região cuja restrição estamos propondo. Peço o apoio e o voto dos eminentes Pares.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 302/13, pela oposição.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, como estive atento ao debate e ouvi todos os colegas que vieram à tribuna falar sobre este projeto, pedi para encaminhar, com a anuência da nossa Líder da oposição, Ver.^a Jussara Cony, também autora da emenda, que resolve muitas falas aqui. Uma delas é a da minha colega Mônica Leal, que ultimamente não tem falado mais em segurança pública.

(Aparte antirregimental do Ver. João Carlos Nedel.)

O SR. ENG^o COMASSETTO: Falou do Comando do Exército, que é diferente da criminalidade que anda à solta em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul.

Mas eu quero voltar ao projeto, Ver.^a Mônica. Estive atento à sua fala, no sentido de que era uma incoerência o projeto não propiciar que houvesse carros dos comerciantes – a senhora há 15 anos foi comerciante – e assim por diante. Pois a Ver.^a Jussara parece que a ouviu, aqui; contempla que cada comerciante possa credenciar dois veículos para ir e vir conforme as necessidades da sua atividade comercial ou da sua atividade funcional.

A senhora também perguntou aqui: “E se alguém tiver uma taquicardia e precisar da ambulância? É óbvio que o projeto, na sua essência, já trata a questão dos equipamentos necessários, inclusive carga e descarga, assim como atividades de emergência – ambulância, bombeiros, entre outras. Qualquer calçadão do mundo tem que responder aos itens de segurança, e esse não pode ser diferente. E aqui nem está falando em calçadão, está falando de priorizar o pedestre em detrimento do fluxo normal de automóveis. Ver. João Carlos Nedel, que debate muito conosco, que propõe a equiparação com Nova Iorque, quero dizer que lá a Prefeitura implantou um sistema de passeios públicos e priorização do pedestre e da bicicleta, algo que ganhou prêmio

mundial das Nações Unidas. Eu não lembro agora o nome da Secretária que teve a audácia de fazer isso em Nova Iorque. Ver. João Carlos Nedel, que me provocou com o tema de Nova Iorque, se nós fizéssemos igual à Nova Iorque... Eu não quero copiar Nova Iorque! Quero que Porto Alegre tenha a sua autenticidade. O coração da cidade de Porto Alegre está morto, Ver. Cecchim, que organizou o tema do camelódromo, e, na época, a nossa Bancada votou favorável ao seu projeto, e eu nunca ouvi um reconhecimento quanto a isso, teremos a oportunidade de ouvi-lo. No Centro de Porto Alegre há mais de 30 edifícios vazios, desocupados, por que não se tem um projeto de ocupação do Centro da Cidade, para que ali haja vida, para que não precise um trabalhador do Mercado Público ou do Chale da Praça XV pegar um ônibus para o Rubem Berta à uma hora da madrugada, ou para o Lami, para além do Lami, para a Grande Porto Alegre. Por que não morar no Centro? Um belo exemplo disso foi feito pela Administração Popular no antigo Hotel Umbu. Ali, no início da Farrapos, foi feito o primeiro PAR residencial. Quem é que mora ali? Trabalhadores que pagam em torno de R\$ 200 de prestação por aqueles apartamentos. Ali está a comunidade dos ferroviários, são cem famílias que estão sendo despejadas, todos trabalhadores do Centro. Pergunte se eles não gostariam de morar num daqueles prédios desocupados no Centro da Cidade e que têm grandes dívidas com o Poder Público Municipal – IPTU, água, luz, entre outras. Portanto, a emenda da Ver.^a Jussara vem contemplar uma lacuna que foi muito debatida e contestada pelos colegas Vereadores e Vereadoras. Creio que emenda serve para aperfeiçoar justamente quando há o debate, quando são feitas contestações. E a Ver.^a Jussara teve a sensatez de apresentar essa emenda que trouxe a solução para muitos problemas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 02, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, enquanto o Ver. Comassetto estava falando, eu fiquei treinando para pronunciar Time Square. Eu nunca fui a Nova Iorque nem sabia falar Time Square, que na tradução quer dizer praça do tempo. E a praça do tempo está lá. Nunca fui a Nova Iorque, Ver. João Bosco, então, não vou comprar gato por lebre. Também não vem me enganar e não vem me mentir. Eu nunca fui a Nova Iorque, mas

sou comerciante há 30 anos. Então, praça do tempo é a Esquina Democrática de Porto Alegre. E me chamou a atenção, eu sou do ramo, ver a Time Square, a praça do tempo, como vejo nos filmes. Não fui a Nova Iorque, mas vejo nos filmes os caras correndo na Time Square, e vejo aquela montanha, e chamei o Prof. Mario, que trabalha comigo e que foi a Nova Iorque estudar, e ele disse para mim que aquilo ali é um bando de luminosos na avenida e, no meio, está a praça do tempo, cheia de telões, cheia de coisas, a Time Square, lotada de táxis nos seus quarteirões, com seis estações de metrô, abastecida por quatro linhas subterrâneas. E, como o Ver. Marcelo falou, há algumas ruas como se tivéssemos a Esquina Democrática fechada e a ladeira fechada, mas a Time Square é a nossa Voluntários da Pátria, cheia de indianos vendendo, em vez dos nossos turcos aqui, em vez de ter as placas dos nossos turcos, há os luminosos, que lá devem ser baratos. É isso.

Agora não vem nos vender gato por lebre. Não vem nos dizer que, tendo cada lojista direito a dois cartõezinhos, vai facilitar a vida de quem está tentando trazer de volta para o Centro de Porto Alegre empresas, para humanizá-lo, para gerar emprego de fato. É isso o que nós estamos tentando fazer, trazer empresas que saíram do Centro de volta para o Centro! Aí nós podemos falar em humanizar o Centro! Vai-se humanizar o Centro trazendo de volta operações que saíram dali. Eu não vou citar o nome aqui para não fazer propaganda, mas estão voltando para o Centro empresas tradicionais que haviam optado por um novo modal que veio para Porto Alegre, e nós não nos preocupamos. Hoje, Porto Alegre, esta Cidade de 1,5 milhão de pessoas, tem 18 *shopping centers*.

Hoje, as duas entidades, as maiores entidades do comércio estão em negociação de dissídio. Depois que terminar essa negociação, o Ver. Marcelo senta com as duas entidades, e elas vão dizer onde está a Times Square de Porto Alegre, onde é possível botar mesinha, fazer barzinho no Centro, mas com um comércio que continue vendendo!

Agora, duas credenciais de carro não resolvem. Aí o Vereador disse que permitiu que ambulância entrasse no Centro. Pelo amor de Deus! Nós vamos legislar sobre ambulância? “Eu permiti que transporte coletivo entrasse no Centro, que a Brigada Militar, que a Polícia Civil...” Pelo amor de Deus, não é gente? Era só o que faltava nós proibirmos a Brigada Militar, a Polícia Civil, as ambulâncias, os Bombeiros de entrarem no Centro de Porto Alegre. Aí nós estaríamos extrapolando o nosso limite democrático.

Então, eu quero dizer para vocês que nós devemos reprovar todas as emendas e também o projeto e deixar o Centro de Porto Alegre se recuperar, devolvendo o Centro para a cidade de Porto Alegre. E o Centro só vai se recuperar e ser devolvido para a cidade de Porto Alegre com o seu comércio vendendo, reabrindo as suas portas, com as grandes operações do comércio voltando para o Centro, com as empresas na Voluntários, Andradas, Dr. Flores, Vigário, Marechal, Borges, Salgado Filho funcionando, gerando emprego e renda na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente e Vereadores. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 02 ao PLL nº 302/13. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, aqui há um condicionamento e uma disposição do autor, Ver. Marcelo, que não poderia ser diferente, de dialogar com a Cidade e de balizar, ir medindo a disposição com a consulta popular. A nossa Cidade poderia, sim, viver muito mais momentos de plebiscito, de consulta, é uma cidade da participação, é uma cidade que se organiza para dar opinião. São muitos movimentos tomando os espaços da Cidade, querendo falar, querendo que o espaço público seja resultado da vivência da cidadania, por isso o movimento Cais Mauá de Todos, porque a ideia de espaços públicos virarem espaço para comércio, mas pelo menos uma ideia já bastante rejeitada pela cidadania mobilizada pelos movimentos sociais em Porto Alegre. Só não escuta quem não quer ouvir. Então, fazer uma medida restritiva, que é uma opção por pedestre, é uma opção por redução de velocidade, por encontro, por destinação para a fruição e não para a circulação de automóveis, obviamente pode e deve merecer consultas populares antes e depois. Há duas emendas, uma é quanto à aplicação da lei, condicionar à consulta – é esta; e outra que, seis meses depois, propõe nova consulta diante do funcionamento. Então me parece muito democrática, e, mais do que isso, toda a proposição de consulta, de chamada à participação, produz exatamente o que a lei

pág. 39

propõe, discussão, mobilização de ideias pré-concebidas. Então, aqui na tribuna, foram colocadas ideias pré-concebidas ou preconceitos: “Ora, se tirar o automóvel não tem comércio”, porque as pessoas partem da sua posição de que elas fazem compras indo de automóvel. Eu não tenho pesquisa, mas eu tenho a impressão de que a massa que caminha, a multidão que entra e sai de ônibus no Centro da cidade de Porto Alegre, que entra e sai das lotações, forma o maior volume de compras do comércio do Centro da Cidade. Quem tem carro tem ido comprar em *shopping*; a maioria vai aproveitar o estacionamento no *shopping*, faz a sua compra lá, com conforto, com segurança. E a massa que compra no Centro, que mantém o comércio de rua é a massa do transporte coletivo, é a população do transporte coletivo. Então, é uma ideia pré-concebida, que não se sustenta na vida. Nós fizemos muitos debates nesta Câmara sobre o comércio de rua, sobre a importância do comércio de rua, e ninguém vai nos convencer, Ver. Marcelo Sgarbossa, que o comércio de rua é mantido pela possibilidade do automóvel. Na Av. Azenha também, a massa que desce de ônibus e que pega ônibus ali compra nas lojas do entorno, já faz as suas comprinhas, pega o ônibus e vai para casa. Então, a proposta aqui é uma proposta que amplia a democracia, que amplia a cidadania, que vai dar a oportunidade aos cidadãos e cidadãs que circulam no Centro. Agora, nesta Emenda, aprovar ou não essa medida-piloto ou por um período; depois, a próxima Emenda diz que em seis meses se vai fazer a verificação da opinião da sociedade. Nós experimentamos uma única consulta, que foi a do Pontal do Estaleiro, e vejam que ali a Cidade de manifestou: “Nós não queremos a ocupação da orla.” O que é lamentável é que tanto a Prefeitura de Porto Alegre quanto, aparentemente, pelas votações daqui, a própria Câmara, na sua maioria, ainda não conseguem escutar os anseios da cidadania de Porto Alegre. Umas 700 pessoas gritaram contra a privatização do Cais do Porto na audiência pública que aconteceu. E eu tenho certeza de que se chamarmos a população a participar ela vai optar por menos carros, menos violência, menos poluição; por um Centro, de fato, mais humanizado; um Centro como um lugar de lazer, de cultura, de compras, com um bom transporte coletivo, com uma boa possibilidade de segurança e de iluminação. Hoje – quero encerrar dizendo isso – quem anda na Av. Voluntários da Pátria, do Mercado Público até a rodoviária, vai ver o que é a dificuldade da população, que não cabe na calçada. Não cabe, tem que andar na rua. E assim também é a Rua Dr. Flores; assim é a Rua da Praia. Quem descer a Rua Dr. Flores de carro tem que ficar desviando da

população; é um absurdo o que se vê hoje no Centro da Cidade. A população caminhando está gritando por medidas que permitam que ela assim siga!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Ezequiel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em nome do PSOL quero dizer a todo o público aqui presente, àqueles que nos assistem em Casa, pela TVCâmara, que o PSOL, em princípio, defende todas e toda e qualquer consulta popular. É óbvio que nós, Vereadores e Vereadoras, fomos eleitos para representar o povo de Porto Alegre, mas nós temos que é ter a consciência e a atenção de ouvir o povo de Porto Alegre. Portanto nós entendemos que essa consulta popular proposta na Emenda nº 03, para que o povo de Porto Alegre diga o que pensa ele sobre o que devemos fazer como Centro de Porto Alegre, é uma medida primeiro, democrática. Eu não acho que nenhum Vereador presente na Casa seja antidemocrático, e quero dizer a vocês que temos outros instrumentos onde a gente ouve a população, mas muitas vezes, aqui mesmo nesta Casa, tivemos dificuldade de promover, por exemplo, uma audiência pública em várias questões. E a gente sabe como foi a audiência pública promovida pela Prefeitura de Porto Alegre há pouco tempo a respeito do transporte público, que na nossa visão é um transporte caro, precário, que não dá condições aos trabalhadores rodoviários e não atende bem a população. E do nosso ponto de vista, o transporte público em Porto Alegre teria que ter passe livre, nós defendemos isso, para trabalhadores, estudantes, desempregados. Nós entendemos que qualquer decisão que vá tomar esta Cidade tem que passar, sim, pela opinião do povo desta Cidade. Temos, colegas Vereadores e Vereadoras, um desafio, que é ampliar a democracia neste País, porque a gente sabe muito bem que a democracia neste País é a democracia dos ricos, daqueles que têm dinheiro, porque a gente sabe muito bem que o trabalhador, o pobre deste País não tem vez e não tem voz. Portanto, defendemos, sim, que haja consulta popular para decidir, para que o povo fale, para que o povo se expresse, dê a sua opinião a respeito do que faremos com o Centro da Capital dos gaúchos. E quero dizer mais, eu sou contrário ao que disseram aqui alguns Vereadores,

que nós, ampliando o espaço no Centro de Porto Alegre para pedestres, que isso vai problematizar, dificultar o comércio no Centro de Porto Alegre. Eu discordo dessa ideia e digo ao contrário: eu acho que essa medida vai ajudar o comércio de Porto Alegre, com certeza, gente! Se nós passamos de carro por uma loja, é muito mais difícil de eu entrar nessa loja do que se eu passar a pé por essa loja. E, muitas vezes, sabemos nós, eu sou servidor municipal, trabalho na Saúde, muitas vezes, a gente não tem tempo par reservar um horário para ir a uma loja. Mas se estou precisando de um produto, de um tênis, de uma camisa para mim ou para um filho meu e eu estou passando diante de uma loja a pé, eu teria mais chances de entrar nessa loja do que se eu passar de carro ou mesmo de ônibus. Eu digo isso, porque, com certeza, isso vai ajudar inclusive a aumentarem as vendas do comércio no Centro da Capital. Então, eu acho, em primeiro lugar, que nós temos que melhorar os espaços, não só no Centro da Capital, nós temos que pensar na periferia também, gente! Eu quero trazer aqui para vocês sobre o Parque dos Maias: tem ônibus quase de hora em hora; o Parque dos Maias tem uma lotação que também é de hora em hora, que leva 40 minutos para chegar no Centro de Porto Alegre. Eu quero falar disso, vamos melhorar as linhas de ônibus. Por que as empresas ganham tanto dinheiro do poder público como da população de Porto Alegre e não prestam um serviço adequado a esta mesma população? Por que a passagem de Porto Alegre é tão cara, o que está por trás disso? Que negócios são esses, feitos pela Prefeitura de Porto Alegre e pelos empresários de ônibus? Por que o aeromóvel em Porto Alegre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Gente, por que o aeromóvel de Porto Alegre está há décadas parado aqui na frente? Todos nós sabemos, está aqui na frente da Câmara. Há um projeto, um plano-piloto que nunca saiu. Nós tivemos aí a Copa do Mundo, disseram que nós teríamos um grande legado nesta Cidade, em várias capitais deste País. Onde está esse legado? Onde está o transporte de qualidade para a população de Porto Alegre? Eu quero falar disso! Vamos consultar, sim, a população e vamos perguntar para além do Centro. Vamos perguntar para a população o que ela acha do transporte público em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Quero falar aqui com esta imagem que foi citada pela Ver.^a Sofia Cavedon, minha companheira, lembrando o processo todo que houve em relação ao Pontal do Estaleiro. (Projeção de imagens.) A ousadia do então Prefeito Fogaça em permitir uma consulta pública gerou justamente esta afirmação do Prefeito Fortunati: consulta pública veio para ficar. Pode passar o outro *link*.

Agora, mais recentemente, tratando da questão do fechamento da Redenção, proposta do Ver. Nereu D'Avila. Aliás, esta emenda surge num debate que fizemos, o Ver. Nereu D'Avila comigo, no programa Esfera Pública, da Rádio Guaíba, em que, durante a discussão, ele enalteceu a participação popular em Porto Alegre e surgiu a ideia, e ele se comprometeu, pena que não está presente, que ele concordaria expressamente em fazer essa consulta à população. Aliás, quando discutimos aqui a consulta sobre o fechamento da Redenção, nessa votação, nós não fomos contrários à consulta, porque discordamos do cercamento, essa é a posição do Partido dos Trabalhadores oficialmente. Fizemos aqui o debate, as emendas foram rejeitadas, as emendas da oposição todas foram rejeitadas. A emenda da Ver.^a Melchionna dizia, simplesmente na defesa do pró e do contra o cercamento da Redenção, que se desse paridade de tempo. Foi rejeitada inclusive essa emenda e outras tantas. Mas não fomos contrários à consulta da população.

E aqui eu quero pedir que os Vereadores da base do Governo lutem pela sua independência. Eu acho difícil que levem uma reprimenda do Prefeito, se justificarem seu voto favorável a essa emenda dizendo: "Olha, Prefeito, o senhor mesmo disse que a consulta veio para ficar. O Ver. Sgarbossa, apesar de ser da oposição, nos propõe uma consulta diretamente à população. Eu não tenho como votar contra uma consulta diretamente à população". É esse o argumento que vocês usarão, e, se o Prefeito contrariar essa posição de cada um dos Vereadores da base do Governo, estará exercendo um poder, no mínimo, contraditório com o que vem dizendo pela imprensa. Então eu quero aqui solicitar que lutem pela sua independência, que não venham a esta tribuna encontrar argumentos burocráticos. Esta é uma Casa política, eu não iria rebater aqui cada argumento que foi colocado da CCJ, da tramitação nas Comissões, porque o

pág. 43

voto na Comissão não condiciona o voto no Plenário; o Plenário tem soberania, esse é um princípio do Legislativo. Então, portanto, qualquer argumento, como o que escutei aqui, em relação à questão da tramitação nas Comissões, na CCJ, não tem, com todo o perdão, sentido nenhum.

Então, por lealdade às nossas divergências, quero dizer que divulgaremos, no máximo possível, o resultado dessa próxima votação, porque esse resultado mostra que a base do Governo está querendo consulta só nos temas que interessam.

Vejam, eu estou dizendo isso e reconhecendo todo o esforço do Ver. Nereu D'Avila, que lutou durante 20 anos para conseguir aprovar uma consulta e conseguiu! Essa consulta, ao que tudo indica, será feita durante a eleição de outubro do ano que vem. Portanto esse tema de total interesse da Cidade poderia, sim, entrar numa consulta popular; esse e outros temas. Esse, aliás, é um convite para que cada Parlamentar desta Casa faça projetos que se condicionem à consulta popular. É a democracia direta sendo exercida, de fato, na nossa cidade de Porto Alegre.

Então, com todo o respeito, não quero aqui exagerar em adjetivos, quero dizer que os Vereadores têm total argumento se votarem a favor e receberem, eventualmente, alguma contrariedade da base do Governo, como essas duas reportagens em que o Prefeito afirma que a consulta popular veio para ficar.

Quero pedir, mais uma vez, sensibilidade: se derrubaram as outras emendas por um entendimento pontual, a derrubada desta emenda significa ir no coração da democracia direta. Eu farei de tudo, o nosso mandato fará de tudo para divulgar isso. Quero ser leal, João Ezequiel, porque não dá para ser favorável apenas às consultas populares que interessam ao Governo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Olha, Presidente, Vereadores e Vereadoras, eu fui solicitado a não falar! Eu acho até que os nobres colegas têm razão, para ser derrubado logo esse projeto. Infelizmente, apesar do esforço do Ver. Marcelo, não adianta votar emenda de um projeto morto. A grande verdade é a seguinte: as emendas apresentadas, até de boa

vontade, viáveis ou não, estão apensadas a um projeto que nasceu morto. Não adianta fazer discussão de emenda, o projeto vai ser rejeitado. E o Centro de Porto Alegre precisa, sim, de revitalização. Não tem como ficar aqui defendendo não ir de automóveis para o Centro e mostrar a fotografia de Nova Iorque. Isso é de muita ingenuidade... Eu não sei quem o assessorou para fazer isso, Vereador, mas mostrar Times Square, onde tem trens, metrô, gente do mundo todo que vai até lá... Saem de Porto Alegre, por exemplo, com a passagem. Eu duvido que alguém vá a Nova Iorque e não vá até a Times Square. Agora, o senhor pega alguém que vem de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília... Vai lá na esquina da Rua Voluntários da Pátria com a Praça Quinze de Novembro? Agora, até dá para ir, porque não tem mais aquele acampamento que vocês defendem dos camelôs no meio da rua, numa temperatura de 50 graus. É assim que vocês tratam essas pessoas! Mentem que cuidam delas, mas não cuidam. Vocês as enfiam no asfalto, numa temperatura de 40 a 45 graus, na chuva, no sol, e nunca se preocuparam em dar um lugar mais agradável e decente para essa gente. E ainda defendem que eles voltem para as ruas! Se querem voltar para as ruas é porque não querem trabalhar lá dentro do Camelódromo! Quem não paga aluguel... É uma inadimplência ideológica! Não é econômica essa inadimplência.

Então é isso o que acontece. Temos que ter cuidado com o que dizemos aqui para não sermos muito incoerentes. A consulta popular é sempre boa. Mas o Ver. Marcelo Sgarbossa, por exemplo, votou contra o projeto do Ver. Nereu D'Avila, que era para consultar, não era para fechar "sim" ou "não", mas para votar a consulta, se vai votar "sim" ou "não" no cercamento do parque.

Então eu acho que não adianta ficar discutindo muito aqui, Ver. Villela, esse projeto, esse esforço que fazem, se são sempre as mesmas coisas. Não dá! Não se vota e as emendas são reprovadas porque o projeto é ruim para a cidade e para a população de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13, como autor.

O SR. ENGº COMASSETTO: Eu quero dizer ao Ver. Cecchim que há diferença entre atores e autores, eu vim como autor da Emenda.

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

O SR. ENGº COMASSETTO: O Lula é o maior Presidente da história da república moderna brasileira. Olha aí, que belo debate fizemos aqui nos 70 anos do Presidente Lula, e o Ver. Cecchim, o Ver. Kevin Krieger, o Ver. Casio, o Ver. Janta estão me devendo a continuidade do debate que acordamos naquele dia. Mas, Ver. Cecchim, assinei, junto com o Ver. Marcelo Sgarbossa, essa emenda, porque o Ver. Marcelo Sgarbossa propôs aquilo que muitos dos políticos de Porto Alegre vão para o mundo vender: que Porto Alegre é a Cidade da democracia participativa. Eu nem quero dizer aqui que a democracia participativa, neste momento, está em risco em Porto Alegre, está sendo dilapidada, mas esse é outro debate que aqui nesta tribuna já fizemos. Lemos uma carta da sociedade que aponta um conjunto de desmandos na democracia participativa. Eu não acredito que um Vereador ou uma Vereadora, seja de qual partido for, muito menos, Ver. Reginaldo Pujol, de um partido que se diga democrata, não aceite que a população seja consultada sobre qual é o tipo ou modelo de cidade. Queremos priorizar o Centro da Cidade com carros ou com pessoas? É isso que está sendo proposto aqui no debate.

Eu vejo, ali na arquibancada, alguns arquitetos e arquitetas. Por que o Instituto dos Arquitetos do Rio Grande do Sul não é chamado para um concurso público para fazer o embelezamento ou fazer os projetos de revitalização do Centro ou da orla?

Por falar em revitalização do Centro, meu querido Kevin Krieger, Líder do Governo, onde está o projeto de revitalização do Centro, que não sai nunca? Ver. Paulo Brum, que foi Secretário de Acessibilidade e autor do projeto do Código Municipal de Acessibilidade, onde está o projeto de revitalização das calçadas do Centro para que os cadeirantes e outros possam andar tranquilamente com segurança no Centro? Onde está?

Então, eu quero entender aqui o porque da negativa de fazer a consulta popular à população sobre qual o modelo de Cidade que queremos. Inclusive, nós aprovamos nesta Casa a possibilidade do plebiscito para o cercamento – eu já disse para o Ver. Nereu D'Avila que entendo que cercamento é igual a cerceamento. Votamos a favor do plebiscito mesmo tendo opinião contrária ao cerceamento das pessoas no ir e vir. E a discussão é a

mesma aqui: nós ampliamos o espaço, na possibilidade de as pessoas ir e vir no Centro da Cidade. Ver. Janta, só para continuar o debate, a sua teoria de que esse projeto vai inibir o comércio no Centro de Porto Alegre não funciona. O local mais disputado para o comércio em Porto Alegre chama-se Rua da Praia, onde carros não passam. Ou alguém contesta isso aqui? É a Rua da Praia, onde os automóveis não passam! Portanto, a teoria de que a diminuição no número de automóveis privados e particulares vai diminuir o comércio é um equívoco! Nós não estamos falando sobre o abastecimento ou transporte público, estamos dizendo: os veículos particulares transitando no Centro de Porto Alegre, poluindo e tudo o mais, é isso que está em debate. Portanto, o conceito da Cidade, neste momento, é só o debate: consultamos ou não a população. Eu gostaria que, se pudessem, pegassem a votação do projeto do Ver. Nereu D' Ávila, pois todos que votaram favorável naquele plebiscito votem... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é muito rápido: este País vive uma crise enorme porque as pessoas, para atingir os seus objetivos, enganam a população. Nós não queremos enganar ninguém, apenas estamos anunciando claramente que não vamos votar favoravelmente ao projeto. Então, qualquer coisa que se diga a respeito de o projeto vir a vigorar, ou a vigência só ocorrerá após ouvir a consulta popular, se o projeto não vai ser aprovado, não adianta aprovar consulta popular. É perda de tempo! Isso, não queremos fazer! Chega de perder tempo! Vamos votar de uma vez!

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon: Sr. Presidente, apenas para recompor a verdade: o Ver. Pujol não pode antecipar uma votação e aqui impor uma posição prévia de maioria ao debate sério que se está fazendo no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 03, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. DR. THIAGO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu conversava com o Ver. Marcelo, exatamente no sentido de trazer a votação do projeto do cercamento, que V. Exa. exemplificou muito aqui. V. Exa., Ver. Marcelo, frisou, especificou a questão do projeto do cercamento, e eu estou consultando aqui para verificar exatamente o comportamento, porque acho que uma coisa importante na política é a coerência. Se a pessoa tem uma posição, ela não pode, Ver. Tarciso, logo em seguida, contraditar a sua própria tese em função da sua vontade, da sua necessidade, do seu gosto, do seu interesse. Não pode. Se eu tenho uma posição crítica – e tenho – com relação a alguns elementos da gestão municipal da saúde – isso é público e notório, eu dizia antes a um repórter de um veículo de comunicação que observava –, eu não vou me vergar e falar diferente porque os meus interesses, naquela matéria, são diferentes.

Então, recupero, Ver. Kevin, a questão do cercamento, ao qual votei favoravelmente. Fui para a televisão – inclusive, estava na mesma bancada, num programa de grande circulação, o Vice-Prefeito, que não era a favor do plebiscito; e eu me posicionei dizendo que era um tema de grande relevância para a Cidade, que a Cidade precisava discutir aquilo, que a Cidade queria discutir aquilo e que eu achava que, naquela circunstância, o plebiscito se colocaria bem. O Ver. Nereu D’Avila estava propondo, e eu era favorável àquela visão do Ver. Nereu D’Avila, do PDT, que era a favor de uma consulta popular, que acabou vencendo e ocorrendo.

O Ver. Marcelo não votou a favor. Inclusive, Ver. João Ezequiel, a bancada do PSOL não votou a favor do plebiscito. A bancada do PSOL – sou obrigado a fazer essa correção – não votou a favor de consultar a população de Porto Alegre, tão importante naquele momento também para ouvir isso. Então, é importante que a gente olhe as votações, Ver. Marcelo Sgarbossa; V. Exa. não votou a favor. “Ah! Mas eu votei Abstenção”. Na minha ótica, é igual a votar contra, porque precisa de maioria. Se não vota a favor está votando contra. Foi assim que meu pai me ensinou. “Ah! Mas tem a Declaração de Voto”. Compreendo a Declaração de Voto, compreendo os motivos, entendo, acho que quem o senhor representa vai entender os motivos, mas é importante fazer essa correção histórica desse processo. Se a gente fala que é a favor sempre da Consulta Popular, tem

que se posicionar. Qual é o posicionamento deste humilde Vereador? Eu não concordo com o Projeto, vou votar contra o Projeto. Se isso está pacificado na minha consciência, que aquilo não é bom para a Cidade, por que vou transferir essa responsabilidade para a população de Porto Alegre, se eu já fiz um juízo de valor disso? Essa é a minha concepção. Na Redenção, é diferente, acho que existem fortes argumentos dos dois lados; por isso se impõe a consulta pública. Então, só nesse sentido, no sentido de repor a história desses processos e no sentido de colocar que os Vereadores que votarem contra essa Emenda estão votando contra, muitos deles, que não concordam com o Projeto, porque já formaram uma concepção de que isso não é bom para a cidade; é simples, claro e objetivo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 03 ao PLL nº 302/13.(Pausa.) (Após a apuração nominal.)
REJEITADA por 7 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

O Sr. Prof. Alex Fraga: Sr. Presidente, faço um esclarecimento ao Dr. Thiago. A Bancada do PSOL, com relação ao projeto do Ver. Nereu D'Avila sobre o cercamento da Redenção, votou pela abstenção. E a justificativa que nós apresentamos na tribuna foi de que sempre o nosso partido é favorável à Consulta Popular, porém, em virtude de todas as derrubadas, das emendas, aquele atropelo, nós optamos pela abstenção porque concordamos com a Consulta Popular.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro.

O Sr. Guilherme Sociais Villela: Sr. Presidente, a Emenda nº 04, parece-me, salvo melhor juízo, está prejudicada, em função da não aprovação do referendo popular da Emenda nº 03.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Ver. Villela, nós consultamos a Diretoria Legislativa, que nos informaram que são similares, mas não são idênticas. Se tivesse sido

aprovada a Emenda nº 03, aí, sim, prejudicaria a Emenda nº 04. Para evitar dúvidas, vamos colocar em votação.

Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 302/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Bem apontado pelo, então, Prefeito Villela, que, quando determinou o fechamento de ruas na área central da Cidade, já falava na humanização da Cidade, mas mudou de posição, inclusive não se sabe por que motivo, ao contrário dessa lógica mundial de restrição de veículos automotores.

Vereadores, vejam por que essa emenda é diferente? Porque nós estamos propondo um teste, a Cidade tem que ter o direito ao teste. Os Vereadores da base do Governo acabaram de derrubar uma emenda que consultava a população sobre a vigência. Essa emenda é diferente, ela estabelece uma espécie de teste. Estou chamando assim para simplificar. O que ela coloca? Que a lei entraria em vigor, e, daqui a seis meses, a população seria consultada se quer ou não continuar com a restrição de veículos no Centro da Cidade. É proporcionar à Cidade a possibilidade de um teste durante seis meses.

Eu vou precisar fazer aqui, acredito que o PSOL também fará essa referencia, já que estamos falando em Consulta Popular. Consegui, e quero agradecer à Diretoria Legislativa, ao Sandro, que conseguiu recuperar rapidamente. Eu pedi para o Ver. Dr. Thiago não utilizar esse argumento por que me pareceu o argumento para descontextualizar toda uma discussão que durou uma tarde e uma noite inteira. Está aqui a Declaração de Voto, assinada também pela Ver.^a Fernanda Melchionna, pedindo o seguinte... É verdade, nós nos abstivemos, mas fizemos todas as falas aqui favoráveis à consulta popular, e o Ver. Dr. Thiago, desonestamente! Por isso eu fui até ele e, quando ele me levantou essa questão, eu disse: “Não use esse argumento, é desonesto, é descontextualizado.” E está aqui o contexto (Lê): “Os Vereadores que subscrevem esta emenda vêm por meio deste declarar que nos abstivemos da votação por entender que sequer os preceitos mínimos democráticos foram garantidos, tais como: 1) isonomia de tempo de veiculação das posições [uma proposta do PSOL que garantia paridade na discussão, nos tempos de TV e rádio, na discussão sobre o fechamento da Redenção, até

pág. 50

isso foi derrubado!], e 2) garantia de audiências públicas com especialistas da área. [Também foi derrubada essa emenda, nós mesmos propusemos, e não foi uma emenda de plenário, que a população tivesse sido consultada sobre a possibilidade de cercamento eletrônico antes do cercamento físico. Também foi derrubada.] Da mesma maneira, a possibilidade de cercamento eletrônico... Tais medidas garantiriam o debate dos espaços públicos como um todo, tirando a exclusividade de cercamento ou não. Até mesmo a busca pelo Plano Municipal de Segurança para gestão dos parques foi rejeitada. Diante de tais circunstâncias, nós, que defendemos a participação popular e a radicalização da democracia, não podemos aceitar a lógica de um plebiscito direcionado com único fim de privatização sem discutir o conjunto de gestão dos espaços públicos. Parece que a base do Governo quer fazer plebiscito para desviar a atenção das obras que não são concluídas e das malfeitas, como o conduto Álvaro Chaves, ou ainda, da promessa de campanha do Prefeito Fortunati de cercamento eletrônico da Redenção e o desmonte e sucateamento da estrutura e segurança das praças e parques da Cidade.”

Vejam, foi nesse contexto que nos abstivemos. Descontextualizar é desonesto, Ver. Dr. Thiago. Eu lhe fiz o pedido, não utilize esse argumento! Mas consegui rapidamente e quero, de novo, agradecer a Diretoria Legislativa, que conseguiu recuperar a Declaração de Voto. Quero lembrar que o projeto foi discutido durante um dia todo, aliás, foram vários dias, e a votação se deu tarde da noite diante do interesse do tema. Então, vamos votar, vamos dar a possibilidade de a Cidade testar. Vamos aprovar a lei. Eu quero me somar à Ver.^a Sofia: os gritos aqui de alguns Vereadores “nós vamos derrubar mesmo esse projeto”, são de um desrespeito democrático.

Ver.^a Sofia, a gente sabe que a história é cíclica, quem é situação hoje pode ser oposição no futuro. Eu quero dizer para vocês que, se eu estiver num lugar de maioria, não os desrespeitarei nos seus mandatos. Serão recebidos, porque eu, até hoje, não consegui ser recebido pelo Prefeito; até hoje, não consegui. Eu, se o meu partido fizer parte do Governo, eu vou lutar para que vocês sejam recebidos e para que não desrespeitem os mandatos dos Vereadores da situação e nem da oposição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. DR. THIAGO: Caros Vereadores, eu acho que o senhor faltou com o respeito, Ver. Marcelo Sgarbossa. Acho que o senhor não compreendeu. O senhor já é parte do Governo! Ou alguém aqui não sabe que o PT tem, pelo menos, sete CCs na Procempa, Ver. Bernardino? Alguém aqui não disse? Eu não tenho CC nenhum no Governo; o PT tem sete CCs na Procempa, ou alguém não sabe disso? O senhor já é Governo! Essas informações privilegiadas que, às vezes, quando o senhor entra com um projeto antes e que vem discutir aqui, são reflexo disso! Eu acho que o senhor falta com o respeito e muito quando chama algum colega de desonesto, acho que isso não está certo! Essas palavras vindas de alguns Vereadores da Bancada do PT têm que mudar, senão não vamos chegar a um bom termo. Não é a primeira vez que isso ocorre! Então, é muito fácil! Isso é autoritarismo, não tem outra palavra! É autoritarismo: se eu não concordo com o colega, eu o desqualifico; eu não respeito as pessoas que ele representa; eu não respeito as 11.935 pessoas que trouxeram esse Vereador para cá! E isso é ser desonesto, isso é agir com desonestidade! Eu me afeiçoo às ideias, Vereadora, eu não me afeiçoo às pessoas, ou ao corporativismo ou às benesses do poder – todos aqui sabem disso! Votei, muitas vezes, com V. Exa. Com o Ver. Alberto Kopittke, hoje, por exemplo, conversei sobre o projeto dele, e vou votar com ele sobre o projeto do tabaco. Então, não venha dizer que os Vereadores são desonestos porque não é verdade, isso é uma falha ética, isso demonstra autoritarismo. Se eu não concordo com o que o meu colega diz, eu o desqualifico! Isso tem sido uma prática reiterada nesta Casa e em outros Parlamentos: desqualificar o debatedor. Isso não está certo. Nós temos aqui que discutir as ideias e não levar as questões para o lado pessoal, senão vamos travar a discussão em outras searas, provavelmente, nós vamos travar essas discussões no Judiciário, é lá que nós vamos travar isso, porque isso é injúria, calúnia e difamação! E esta tribuna não protege, colegas Vereadores, de injúria, calúnia e difamação! E “desonesto” é uma palavra que está sendo muito mal empregada. Peço que o senhor se retrate, porque senão o senhor é que será taxado de desonesto por não apregoar corretamente: “O Dr. Thiago não concorda com as minhas ideias. O Dr. Thiago trouxe a público uma votação que eu não gostaria que fosse trazida”. Agora, não chame o colega de desonesto, porque isso enseja diversas interpretações erradas, e que eu tenho certeza de que V. Exa. não tem esse interesse.

Então vamos modular as palavras, vamos pensar adequadamente para não empregar palavras incorretas, porque seremos responsabilizados por isso.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Marcelo Sgarbossa: Sr. Presidente, diante da provocação do Ver. Dr. Thiago, quero dizer que usei a expressão desonesto, porque descontextualizou a votação de abstenção quando da votação do cercamento do Parque da Redenção, da consulta popular. E isso eu mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro.

O Ver. João Ezequiel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLL nº 302/13.

O SR. JOÃO EZEQUIEL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Dr. Thiago, eu me obrigo a vir aqui para fazer um debate sério. O senhor sabe, nós somos colegas lá no Hospital Presidente Vargas, o senhor é médico no Centro Obstétrico, eu sou técnico de enfermagem, coletador no laboratório do Hospital. Nós temos o nosso debate, com algumas coisas concordamos, mas temos algumas divergências, Vereador. E eu sou obrigado a vir aqui falar em nome do PSOL, o Partido Socialismo e Liberdade. Eu quero dizer ao Ver. Dr. Thiago, com todo o respeito, o senhor veio aqui e citou o nosso Partido e disse que teríamos votado contrariamente a uma consulta popular. Eu quero dizer aqui, em público, que fique registrado na TVCâmara e para todos os presentes que o PSOL é favorável a toda e qualquer consulta popular que se faça em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul ou no Brasil. Eu quero dizer, aqui, Vereador, que os nossos Vereadores se abstiveram da votação, mas se abstiveram com uma justificativa muito plausível. Quero dizer para o senhor – o senhor viveu o processo, o senhor fez o debate aqui nesta Casa – que o que estava sendo debatido aqui, senhoras e senhores, era apenas a questão da Redenção. E o pessoal veio aqui reivindicar que quer debater todas as áreas públicas da Cidade, porque nós sabemos que as praças públicas, que os espaços públicos estão abandonados na periferia de Porto Alegre. Nós viemos aqui dizer que nós queremos uma consulta pública para toda a cidade de Porto Alegre: lá para a Restinga, Vereador, onde o senhor tem inserção na base daquela população; lá no

Parque dos Maias, onde militamos no movimento popular; aqui na região Centro também; em toda região, Vereador. Por isso os nossos Vereadores não votaram contra, em nenhum momento, nesta Casa, à realização de qualquer consulta popular, à realização de qualquer plebiscito. E faço, aqui, um convite e um desafio aos Vereadores que vieram aqui defender que tem que haver consulta popular: façamos consulta popular para todos os debates importantes para esta Cidade! Façamos, Ver. Dr. Thiago, consulta popular para saber se a população aceita a redução de leitos que existe hoje no Hospital Presidente Vargas; façamos, Vereador, uma consulta popular para saber se a população de Porto Alegre aceita uma obra no Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre – que já dura quatro anos e há dois anos está parada. O Ver. Kevin Krieger está lá protestando, mas eu quero dizer, Vereador, que nós, do PSOL, queremos, sim, consulta popular. E nós, Vereador, nunca – repito: nunca! – votamos, nesta Casa, contra nenhuma consulta popular e contra nenhum referendo. Quero deixar isso bem claro.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Alberto Kopittke: Como Vice-Presidente do Partido dos Trabalhadores, quero responder ao colega Ver. Dr. Thiago que o PT não faz parte do Governo, é oposição ao Governo Fortunati/Melo e não tem nenhum filiado cumprindo funções partidárias no Governo. Esta é a resposta que eu gostaria de registrar ao colega.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, a Emenda nº 04 ao PLL nº 302/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

REJEITADA por 7 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLL nº 302/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 7 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

O Sr. Prof. Alex Fraga: Sr. Presidente, queria pedir a licença de prestar uma homenagem à Guarda Municipal, representada por alguns colegas municipais aqui presentes, que hoje completa 123 anos. Guarda essa que é fundamental para a garantia da segurança nas nossas escolas municipais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro.

O Sr. Márcio Bins Ely: Aproveitando o gancho, já que vamos homenagear a Guarda, eu também queria registrar aqui uma homenagem aos oficiais R2 da Reserva Ativa do Exército Brasileiro. Hoje é o Dia do Oficial Reservista. Fica o registro também, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Muito obrigado, Vereador.

Apregoo o PLE nº 037/15.

Em discussão o PLCE nº 001/15. (Pausa.) O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLCE nº 001/15.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa tarde Presidente Mauro, demais Vereadores, pessoal que nos assiste em casa e nas galerias; em outubro de 2014 apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 029 que proíbe a interrupção de água nos finais de semana e feriados, bem como nas suas vésperas a partir das 12h. Minha intenção era garantir que a população não ficasse sem água por muito tempo nos finais de semana e pudesse pagar suas contas na segunda-feira, a partir das 8h, para que sejam restabelecidas suas ligações de água. Em conversa com o Diretor do DMAE, Antonio Elisandro de Oliveira, optei por retirar o meu projeto de priorização e apresentar a presente emenda ao projeto do Executivo, já que o mesmo é mais abrangente e corrige muitas questões relativas ao tratamento e ao abastecimento de água. A minha emenda avança no sentido de especificar todos os feriados e incluir o ponto facultativo municipal nos dias em que não haverá o corte de água. Também garante que o corte só será realizado a partir das 8h do primeiro dia útil após final de semana ou feriado.

Com certeza, fomos eleitos pela nossa população e devemos pensar nas comunidades em geral, e essa emenda que coloquei no projeto do Executivo é porque, quando a pessoa tem seu o corte de água no final de semana, ela vai passar sábado, domingo e, se tiver um feriado, sem água, Ver. Janta, e, assim, se a pessoa não tiver dinheiro para pagar, no fim de semana, pode conseguir aquele dinheiro para, na segunda-feira, pagar a sua água, Tarciso.

Com certeza coloquei essa emenda no projeto para que toda a nossa população, todas as nossas comunidades ganhem, Ver. Janta, com isso, e espero que os Vereadores

aprovem esse projeto, porque todos nós pensamos da mesma forma, a favor da população que nos elegeu e nos colocou aqui. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE nº 001/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação o PLCE nº 001/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Mendes Ribeiro (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Mendes Ribeiro. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Não há quórum.

(18h04min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós temos vários assuntos na Pauta, hoje, de grande relevância sobre o qual nós precisamos, obviamente, fazer o devido registro, até para precator-se de futuras situações.

Eu quero informar à Casa que o Projeto de Lei do Legislativo nº 242/15, proposta da Mesa Diretora, que dispõe sobre a concessão de gratificação pelo exercício do trabalho em condições de insalubridade ou de periculosidade, na Câmara Municipal de Porto Alegre, e que revoga as Leis nº 5.404, de 9 de abril de 1984, nº 5.568, de 2 de maio de 1985, nº 5.626, de 18 de setembro de 1985, além da nº 5.776, de 21 de julho de 1986 e a Resolução nº 1.347, de 2 de julho de 1997, bem como – e aí, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu quero assinalar – o art. 12 da Lei nº 11.929, de 6 de outubro de 2015. Eu

me preocupo em saber o porquê que nós temos que modificar uma decisão nossa, de alguns dias atrás, há menos de um mês. Em 6 de outubro nós tomávamos uma decisão, agora nós estamos propondo a sua revisão. Essa revisão pode até ser plenamente justificada, mas ela precisa de uma explicitação adequada, de uma discussão aberta, profunda, para que não ocorram motivos de arrependimentos futuros.

Eu votei a favor da Lei nº 11.929, de 6 de outubro de 2015, ajudei a aprová-la e, agora, me surpreende a circunstância de que há um pedido de contestação ao disposto no art. 12 dessa lei. Certamente, Sr. Presidente, que a Casa não irá fazer uma votação atropelada sobre essa matéria. Depois da discussão que está ocorrendo hoje, a matéria vai para exame conjunto das Comissões, e eu acredito que, na Comissão de Constituição e Justiça, haverá o devido exame dessa matéria. Peço aos companheiros da CCJ que assim o façam, até para facilitar o nosso entendimento do porquê dessa aprovação há menos de 30 dias, e agora, alteração absolutamente contrária. Aquilo que aprovamos há 30 dias queremos ver revogado no dia de hoje, na nova proposta que aqui surge.

Por isso, Sr. Presidente, fiz questão de falar nesse assunto, porque sempre procuro, de forma muito clara e transparente, colocar as minhas posições na Casa. Em que pese não pertencer à Mesa Diretora da Casa, em que pese o meu partido não ter, em nenhum momento desta Legislatura, participação na Mesa, eu tenho tido uma postura de solidariedade com a Direção da Casa e, evidentemente, eu poderia surpreender com uma posição que não fosse devidamente explicada, essa eu começo a discutir agora, aqui no fórum adequado. E, posteriormente, provavelmente amanhã, na reunião de liderança, ou quando for o caso, iremos aprofundar essa discussão. Daí o registro, Sr. Presidente, que eu faço de forma aberta, clara e transparente no dia de hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras e a população que nos assiste, eu apresentei uma pequena lei, hoje corre a segunda pauta, que prevê que toda publicação de legislação, votada na Câmara de Vereadores deva fazer constar o autor ou autora da proposição inicial, porque nos demos conta de que a legislação é votada, é

trabalhada exaustivamente, e, depois, na publicação, consta o nome do Prefeito – ou da Prefeita futuramente, quem sabe – que sancionou a lei, e a lei deixa de ter a autoria. Muitas vezes, vamos procurar e não sabemos nem quem foi que propôs, não conseguimos identificar o contexto. Publicamos aqui os Dez Anos de Leis, em 2011, e lá só estão os nomes dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, não estão os nomes dos Vereadores. A publicação foi, inclusive, no sentido que os Vereadores e Vereadoras elegessem os seus projetos para divulgarmos, mas a autoria, a assinatura é do Prefeito que sanciona.

A nossa Diretoria Legislativa nos orientou, diz que isso é legislação federal, mas nós escrevemos de uma maneira que não é exatamente o autor inicial que assina a lei, mas haverá um parágrafo identificando, dizendo que a lei tem origem na proposição inicial do Vereador ou Vereadora fulano de tal, na época tal. Parece-me que isso, para a história, para a memória da Cidade, do contexto, é muito importante, não pela personalização, mas porque ali está o nome do Prefeito, mas pelo envolvimento que tem aquele Vereador ou aquela Vereadora, que ajuda a entender o contexto

Nós também, nesta lei, estamos propondo que no meio digital sempre esteja disponível a exposição de motivos, que, muitas vezes, é muito mais interessante do que a lei, explica o sentido que o legislador queria dar àquela lei, responde a que conjuntura a legislação propunha, dava. Então, estamos propondo que, sim, toda a vez que formos pesquisar na Internet uma determinada legislação, do ano tal ou do ano tal, nós vamos encontrar, anexada à lei, a exposição de motivos, o que hoje é impossível, Ver. Airto Ferronato. Para chegar na exposição de motivos, para fins de pesquisa universitária, para fins de histórico da Cidade, precisamos vir à Câmara buscar um material físico, em papel, a Exposição de Motivos do autor ou da autora.

Então, esta é a proposição, eu espero que ela avance aqui na Casa, seja sancionada pelo Prefeito e que a gente possa contribuir para a memória da construção do arcabouço jurídico, legal, da nossa Cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores, minha amiga e Ver.^a Sofia Cavedon, V. Exa. tem razão. Eu vou repetir: Porto Alegre conquistou o título de Cidade Amiga do Idoso. Foi eu! Foi eu que apresentei o projeto de lei – eu! Houve uma resistência enorme, dizendo que não era constitucional encaminhar pela Câmara. Nós aprovamos numa emenda. Porto Alegre ganhava, arrecadava R\$ 9 mil para as políticas do idoso – R\$ 9 mil, Ver.^a Sofia –, e, a partir da lei, arrecadou mais de R\$ 40 milhões. Foi feito um evento, Ver.^a Sofia, para premiar as pessoas que contribuíram para a conquista desse título. E, sem modéstia, eu tenho absoluta consciência de que, com aquela minha isenção de IPTU lá em 91 para o idoso aposentado, com essa proposta que apresentei agora que levou – repito – R\$ 40 milhões para as políticas do idoso... Fizeram uma festinha e sequer disseram, mencionaram o autor da proposta; por interesses eleitorais.

Minha querida Vereadora, parabéns a V. Exa., vou votar favorável, porque é preciso, sim, que se registre a história de Porto Alegre. Se nós continuarmos nessa posição, sequer o estudante acadêmico, pesquisador, que tem interesse em saber que lei é e quem foi o autor conhecerá. Portanto, fiz questão de registrar, de estar aqui neste período de pauta para dizer da importância desse projeto para a cidade de Porto Alegre. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. João Ezequiel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Ezequiel. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h18min.)